DIÁRIO OFFICIAL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXII—5.º DA REPUBLICA—N. 314

CAPITAL FEDERAL

SABBADO 18 DE NOVEMBRO DE 1893

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Ministerio da Justiça e Negocios
Interiores

Directoria da Justiça

Por decretos de 15 do corrente :

Foram nomeados para a guarda nacional :

ESTADO DO PARANÁ.

Comarca de S. José dos Pinhães

Commando superior

Estado-maior—Major-ajudante de ordens,
Francisco de Paula Moura Brito ;
Capitão-secretario, José Corrêa de Freitas ;
Capitão quartel-mestre, João Alberto Munhoz.

5.º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, Luiz Antonio Xavier.

Estado-maior—Major-fiscal, José Craveiro de Sá ;

Capitão-ajudante, Norberto Alves de Brito ;
Capitão cirurgião, Manoel Antonio Barbosa ;
Tenente-secretario, João Ayres da Costa Bueno ;

Tenente quartel-mestre, Alexandre Leão do Carvalho.

1.ª companhia—Capitão, Luiz Victorino Ardure ;

Tenentes, Joaquim Ayres de Oliveira Pontes e Felix Augusto ;

Alferes, Francisco de Andrade Pereira e Pedro Chiorato.

2.ª companhia—Capitão, Jorge Galdino da Costa ;

Tenentes, Antonio de Oliveira Bastos e João de Deus Carvalho ;

Alferes, Joaquim Ferreira dos Santos, Agostinho de Oliveira Barros e Isaias Mendes dos Anjos.

3.ª companhia—Capitão, José Joaquim do Oliveira ;

Tenentes, Agnello Carmeliano Pereira e Domingos Luiz de Souza ;

Alferes, Avelino de Assis França, Manoel Estevão Fuldado e Argemiro Ribeiro Baptista.

4.ª companhia — Capitão, Thomaz Jorge Leprevost ;

Tenentes, João Paulino de Carvalho e Eduardo Lemos de Almeida ;

Alferes, Gregorio Dias de Carvalho, João Leal da Cruz e Pedro Ribeiro da Luz.

5.ª companhia—Capitão, Thomaz Carvalho de Camargo ;

Tenentes, Pedro Fernandes Bueno e José Lázaro Alves ;

Alferes, Victorio Gabardi e Porfirio Soudy da Cruz.

6.ª companhia—Capitão, Paulino de Carvalho ;

Tenentes, Auzelino Alves Pires e Thomaz Alves Pires ;

Alferes, Francisco José Callaza, Angelo Cordeiro e Pedro Antonio dos Anjos.

CAPITAL FEDERAL

14.º batalhão de infantaria

Estado-maior—Capitão-ajudante, Henrique da Costa Ferreira.

—Foi declarado sem effeito o decreto de 31 de agosto ultimo na parte em que nomeou o cidadão Manoel Raymundo Cordeiro para o posto de capitão-ajudante do 14.º batalhão de infantaria da guarda nacional desta capital, visto não ter accedido a referida nomeação.

— Por decretos de 16 do corrente :

Foram nomeados para a guarda nacional :

ESTADO DE PERNAMBUCO

Comarca da capital

2.º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, bacharel Bento Borges da Fonseca Filho.

6.º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, Austreliano Paes Barreto.

2.º corpo de cavallaria

Tenente-coronel commandante, José Ottoni Ribeiro Franco.

Estado-maior—Major-fiscal, Abilio Gomes de Sá Novacs.

Brigada de artilharia

Coronel commandante, Dr. Alexandre Souza Pereira do Carmo.

— Foi reformado na mesmo posto e coronel-commandante da brigada de artilharia da guarda nacional da capital do estado de Pernambuco Antonio da Cunha Ferreira Balthar.

— Foi declarado sem effeito o decreto de 10 de fevereiro do corrente anno, na parte em que nomeou o cidadão Sebastião Manoel do Rego Barros para o posto de tenente-coronel commandante do 2.º corpo de cavallaria da guarda nacional da capital do estado de Pernambuco.

Ministerio da Guerra

Por decreto de 17 do corrente, foi promovido, na arma de infantaria, no posto de capitão, por actos de bravura no combate de 22 de março, no Rio Negro, do estado do Rio Grande do Sul, o tenente Perciliano Nunes de Abreu, para a 4.ª companhia do 28.º batalhão da mesma arma.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios
Interiores

Directoria da Justiça

Expediente do dia 16 de novembro de 1893

Transmittiu-se ao Ministerio da Marinha, para ser tomado na consideração que merecer, o requerimento em que Gregorio de Mattos, ex-praça da armada, recolhido no presidio de Fernando de Noronha, pede ser posto em liberdade.

— Foram remetidas á repartição fiscal do estado da Parahyba as patentes dos seguintes officiaes :

Comarca de S. João

Francisco de Oliveira Travassos.
Francisco da Oliveira Travassos Filho.
Amaro de Oliveira Travassos.
Accacio da Costa Barros.
Enéas Corrêa Lima.
Manoel Alves Campos.
Patricio da Costa Freire Maracajú.
Euzebio Joaquim da Silva Moura.
Antonio de Frias Franca.
Antonio Alves Minino.
José Claudino da Costa Ramos.
Porfirio Antão da Costa.
Claudino Henrique de Freitas.
Belisario Tavares da Costa.
Antonio de Farias Gurjão.
Manoel Ignacio de Oliveira Costa.
Francisco de Farias Gurjão.
Sulpises José Calaço.
Genuino Corrêa de Queiroz.

Comarca do Batalhão

Lauriano Bezerra de Albuquerque.
Liberalino Cavalcanti de Albuquerque.
Joaquim Torres Villar.
Galdino Villar de Carvalho.
Manoel Tugy de Queiroz Mello.
Joaquim Rodrigues Couza.
Caetano Theatino de Queiroz.
José Ferreira Tavares.
Felix Caetano dos Anjos.
João Baptista Cazula.
Antonio Pereira de Barros.
Avelino dos Santos Costa Villar.
José Corrêa de Queiroz.
Bento da Costa Villar.
Pedro Leite Ferreira.
José Corrêa Diniz.
Joaquim Tavares Bezerra.
João Diniz da Penha.
Francisco Bernardes de Maria.
Sizenando Villar de Carvalho.
Baldomiro Villar dos Santos Barbosa.
Leocadio José de Gouvêa.
Manoel Alves de Brito.
Ephisio Rodrigues do Araujo.
Odilon Villar de Carvalho.
Francisco Salles Corrêa Queiroz.
Onercino dos Santos Costa Villar.
Felippe Nery de Oliveira.
Domingos Diniz da Penha.
Dorjuval Villar de Carvalho.
Philomeno de Faria Maciel.
Manoel de Faria Castro.
João de Torres Pequeno.
Luiz da Costa Villar.
Francisco da Costa Ramos.
Deusdedit Villar de Carvalho.
Virgilio Villar dos Santos Pequeno.
João Ferreira da Costa.
Genuino Villar dos Santos Barbosa.
Mariano Gomes Brothfeld.
José Maria Corrêa de Queiroz.
Genuino Gomes Meira.

D'a 17

Devolveu-se ao presidente do estado do Rio de Janeiro, devidamente cumprida, a carta rogatoria dirigida ás justicas de Portugal pelo juiz municipal de Petropolis, a requerimento de D. Maria Nunes de Azevedo, para avaliação dos bens deixados por seu fallecido marido José Teixeira de Azevedo,

— Transmittiu-se ao presidente do estado do Rio Grande do Sul, afim de ter o devido cumprimento, sendo opportunamente devolvida, a rogatoria que ás justicas daquelle estado dirige o juiz do crime do 2º turno de Montevideo, para inquirição de Octaviano e Rosa Coronel, residentes em S. João Baptista de Quarahy, no interesse do processo crime instaurado contra Jacintho Sanchez Baez.

— Communicou-se ao coronel commandante superior interino da guarda nacional desta capital, para os fins convenientes, e em referencia aos assumptos tratados em officio de 29 do mez findo, que foi concedida isenção do serviço da referida guarda, emquanto durar a situação actual, ás guardas civicas que auxiliam o policiamento desta cidade, e que aos alistados no batalhão patriótico Tirallentes providenciou-se no mesmo sentido por aviso deste ministerio de 13 de julho ultimo.—Declarou-se a primeira daquellas isenções ao chefe de policia, em resposta ao officio n. 456 de 25 do mez findo.

—Foram remetidas á repartição fiscal do estado da Parahyba as patentes dos seguintes officiaes:

Comarca de Catolê do Rocha

Sabino Benicio Saraiva Leão Castello Branco.
Bernardino Antonio Fernandes Pimenta.
Ramiro Dantas da Costa Formiga.
Nathanael Leoncio Ferreira Maia.
Francisco Reinaldo de Araujo.
Benevenuto Gonçalves da Costa.
Francisco Rodrigues dos Santos Maia.
José Fructuoso Dantas.
Pedro Teixeira de Lyra.
Idalino da Cunha Lima.
Ranioso Vieira de Mello.
Francisco Vicente de Oliveira.
Francisco Henrique de Maria.
Manoel Alves da Fonseca.
Francisco José da Cunha.
João Gomes de Andrade.
Raymundo Gomes de Andrade.
Justino José Ferreira Nobre.
Manoel Luiz Fernandes.
José Sabino dos Santos.
José Bernardo de Lyra.
Antonio Lourenço da Silva.
Sabino Nogueira de Vasconcellos.
Bernardino Fernandes Pimenta Filho.
Bernardino Soares Barbosa.
Alexandre Soriano dos Santos.
João Raymundo Filho.
José Laurentino de Maria.
Mapoel Pinheiro de Vasconcellos.
Antonio Bezerra de Mello.
Miguel Clementino do Rego.
Alfredo Dantas da Rocha Formiga.
Eloy Felipe de Souza Santiago.
Manoel Braga Pereira dos Santos.
Ambrosino Dantas da Rocha Formiga.

Requerimento despachado

Dia 14 de novembro de 1893

Lauriano Rodrigues de Andrade.— Regularise o recurso, nos termos do art. 42 do regulamento que baixou com o decreto n. 506 de 19 de julho de 1890.

Directoria da Contabilidade

Expediente de 16 de novembro de 1893

Solicitou-se do Ministerio da Fazenda a expedição de ordem.

Para que sejam pagas:

As folhas relativas ao mez findo :

Do servente da Inspectoria Geral de Saude dos Portos, na importancia de 100\$;

Da tripulação da lancha a vapor empregada no serviço da visita sanitaria externa do porto, na de 843\$875;

A conta :

De 140\$060 das despesas de prompto pagamento realisadas, durante o mez findo, pelo porteiro da Escola Nacional de Bellas Artes.

Para que seja posta na Alfandega de Pernambuco a quantia de 2:400\$ para pagamen-

to, no corrente anno, do aluguel do predio onde funciona o curso annexo á Faculdade de Direito do Recife.—Conhecimento ao inspector da Alfandega.

Para que a delegacia fiscal do Thesouro, em S. Paulo, seja habilitada com o credito de 1:445\$503 para pagamento de vencimentos por substituições na Faculdade do mesmo estado.—Deu-se conhecimento á delegacia fiscal.

Projecto do Codigo Civil Brasileiro

Sr. ministro—A comissão abaixo assignada recebeu de vossa parte, por intermedio do Sr. Dr. director-geral da secretaria, a contestação constante dos impressos que vieram juntos, apresentada pelo Sr. Dr. Antonio Coelho Rodrigues ao parecer emitido sobre o projecto do codigo civil por elle elaborado, em execução do contracto que celebrou com o governo a 12 de julho de 1890.

Tendo de emittir juizo, segundo determinais, sobre a resposta que o autor do projecto entendeu dever dar ao parecer que vos foi apresentado, a comissão começa por notar que, redigindo o mencionado parecer, cumpriu um dever que muita pena lhe causou.

Não quer a comissão referir-se ás difficuldades que teve de vencer no desempenho da missão a que foi chamada: essas, mesmo aggravadas pela angustia do tempo e pela malicia do autor do projecto, occultando propositalmente a exposição de motivos que fez publicar pela imprensa logo depois da apresentação do parecer, estiveram na previsão da comissão ao iniciar o seu trabalho, e em toda a intensidade, em vista do officio de 28 de março do corrente anno em que o autor do projecto, apresentando-o ao governo, impugnou a nomeação de uma qualquer comissão para examinal-o, pretendendo que fosse desde logo accedido provisoriamente, para no fim de cinco annos ser definitivamente revisto, e por isso foram naturalmente superadas por esforço equivalente.

Allude á grande magoa de que se viu possuida, por ter de julgar em pura perda trabalho de custo tão elevado, o que, si de um lado trazia mais uma vez ao paiz o desvanecimento da esperança de possuir em breve tempo o codigo civil prometido em 1824, de outro comprometia seriamente a sufficiência para obra de tal volume, de um brasileiro de talento, como é o autor do projecto, trabalhador infatigavel, e que no paiz tem sempre occupado posições eminentes.

A comissão, porém, cujos membros não tem a pretensão de ser os juriconsultos que Cicero denominava, e que devem ser effectivamente—*oracula totius civitatis*, mas que estudam o direito e procuram conhecê-lo, porque estão convencidos de que neste mundo pôde o homem o que quer e quer o que sabe, não hesitou um só momento deante de tão penoso dever, que lhe impunham ao mesmo tempo o patriotismo e a lealdade devida ao governo.

Cumpriu-o com desassombro, afirmando, em conclusão, depois de ter com franqueza indicado os motivos de sua convicção, que o projecto não podia ser accedido, ainda mesmo nos termos da proposta feita pelo autor nas disposições addicionaes transitorias, como base de revisão para o futuro codigo civil da Republica.

A má comprehensão do plano adoptado na realisação do projecto, que é o mesmo da denominada classificação allemã, e a erronea concepção das instituições juridicas, como órgãos do direito, foram os fundamentos capitales dessa conclusão: e é evidente que outro não podia ser o producto mathematico desses dous factores, cuja realidade, no projecto, o parecer demonstrou tão cabalmente que o autor não teve em resposta sinão aleives e injurias a escrever.

Deante dessa resposta, ora presente com o officio supramencionado, a comissão declara-se profundamente entristecida, por-

quanto si o projecto comprometteu a sufficiência tecnica do autor, a resposta compromette-lhe a integridade da mente.

Não é dura, Sr. ministro, sinão devida, a expressão da comissão: outra explicação nao pôde ter o modo desusado da resposta, e mais do que elle, o seguinte periodo, que é essencialmente característico:—*O projecto foi destinado aos homens de bem; todos quantos não o forem são interessados em combatel-o, e o autor nunca esperou outra cousa.*

Não obstante, como pretende o autor em sua resposta sustentar a erronea concepção com que modelou as diversas instituições a que a comissão referiu-se no parecer, e que tantos signaes deixou de si no projecto examinado, algumas observações vão ser feitas sobre a alludida resposta, de conformidade com o officio recebido.

I

Tendo de considerar o projecto, na architectura exterior, na disposição interior, no conjuncto e nas partes, nas instituições e nas regras, para sobre tudo emittir parecer, consciencia da responsabilidade que dessa tarefa lhe advinha, entendeu a comissão que não devia fazel-o sem primeiro indicar o criterio pelo qual o parecer tinha de ser emitido.

Desempenhava-se d'esse modo de um dever de consciencia, porque quem tem responsabilidade sempre quer ser julgado, e ao mesmo tempo liberava-se de um dever de lealdade, para com o governo, que lhe deu a tarefa do exame, para com o paiz, que já tanto tem despendido nesse assumpto, para com o autor do projecto, pessoalmente interessado em conhecer os motivos e combater o parecer.

Os capitulos 2º e 3º do parecer tiveram esta destinação.

Não tendo attingido o fim a que se propunham esses capitulos, e mesmo não tendo querido comprehendel-os, o autor da resposta tomou-os por *dissertação sentenciosa e abstracta*, em que, confundido maliciosamente a formação com a codificação do direito, quiz entrever o *ideal da evolução lenta do direito romano operada durante muitos seculos, mediante a classica fuculdade pretoriana—adjuvandi, supplendi vel corrigendi juris civilis gratia, propter utilitatem publicam, de que falla Papiniano no fr. 7º do Dig. de Just. et jure.*

Nada menos exacto que isso.

O capitulo 2º limitou-se a apresentar a classificação das materias do direito civil, que pelos competentes tem sido julgada preferivel, iniciada na Allemanha por Heise e Thibaut, combinada por isso entre os juristas com a denominação de classificação allemã.

Fazendo-o, nos termos que ficam referidos, a comissão só teve em vista o principal da classificação; deixou de attender aos accidentes, em que divergem os escriptores allemães ao apresental-a, para descrevel-a conforme é accedido por todos: e só por isso, em sua resposta, correu o autor o projecto a advertir como ligeireza que a classificação de Heise não é a mesma de Thibaut, porque uma põe entre virgulas o que o outro põe entre parenthesis, como si por esse facto deixassem de ser aquelles dous juristas os iniciadores da preconizada classificação.

Abstive-se o parecer e não precisava disso para os seus intuitos, de apontar os motivos scientificos que fundaram a mencionada classificação: e por isso teve a comissão de passar pelo dissabor da acrimonia com que em sua resposta veiu o autor, que aliás a havia tambem adoptado, com a modificação na ordem das materias trazida pelo projecto do codigo civil allemão confeccionado por Gebhard, von Kübel, Zolow, Plauack e von Schmitt, traduzido e publicado em França no corrente anno por M. R. de la Grasserie, a inquirir desses motivos que são os mesmos que levaram os escriptores allemães a instituil-a, e os juristas do mundo a accital-a.

Nem a comissão tinha necessidade de indical-os, nem no parecer teria cabida razoaavel uma dissertação sobre esse assumpto: e, por satisfazer ao autor do projecto, que na

resposta mostrou-se irritado por não ter sido citada ao menos uma autoridade scientifica, a comissão, remetendo-o aos fundadores da classificação e aos juristas que a teem professado, destacará dentre estes, por ter escripto especialmente sobre a philosophia do direito privado, o eminente professor Pietra Cagliolo, da Universidade de Modena, o qual concluea sua exposição relativa ao assumpto com os seguintes conceitos:—*Quest'ultimo metodo è ormai tanto radicato nella nostra tradizione che sarebbe difficile non seguirlo, ni d'altra parte può sciamamente essere contestato per che si fonda sopra concetti di esatta logica (Filosophia del Diritto Privato, 1888, § 14, pag. 140).*

Não consta que haja traducção portugueza da obra do eminente professor, mas quem sabe bem o latim não traduz mal o italiano. Não era a comissão, Sr. ministro, que estava com todos, mas o autor da resposta, que adoptava a innovação consagrada no mencionado projecto de código civil allemão, que estava collocado na indeclinavel necessidade moral e professional de dar os motivos por que se apartava do plano acceto em seu contracto, e, infringindo a exacta logica de que fallam os juristas, dava no projecto o primeiro logar ao direito das obrigações.

Já deu a comissão sobre esse ponto seu parecer, e agora, em vista da resposta o da exposição de motivos posteriormente apresentada, continúa a affirmar que não vê na inversão feita na classificação pelo projecto allemão sinão uma necessidade de ordem local, que poderá ser e é de grande valor na Allemanha, mas que no Brazil é de valor completamente nullo.

São futeis as razões para isso apresentadas pelo autor do projecto, extrinsecas por natureza ou totalmente alheias á estrutura do direito; dentre ellas a comissão destacará a primeira por essencialmente typica: *não foi por acaso, diz elle, que abandonei o titulo Direito das Obrigações para o livro 1º da parte especial: o código não é destinado somente aos juristas, é um livro do povo e para o povo, que considera obrigação como synonymo de dever, e a cujos ouvidos o titulo classico soaria com o Direito dos deveres.* Um pouco mais de logica, e o autor do projecto, porque em todo o corpo do direito se trata de obrigações, teria supprimido a divisão das materias e, em vez de nos dar o projecto de código civil, com os quatro livros da parte especial, darnos-hia em um só livro o projecto de código dos deveres: com certeza, no modo de entender do autor do projecto, soaria isso muito melhor aos ouvidos do povo.

O capitulo 3º não é sinão a indicação do processo da codificação, formulado em vista dos principios mais adiantados da sciencia do direito e da legislação.

Muito longe de ser uma dissertação abstracta, sem base em dados positivos, como insinua o autor do projecto por não ter querido comprehendel-a, foi inspirada pela escola moderna preconizada na Inglaterra por Spenser, na Allemanha por Ihering, na Italia por Miraglia, a qual, tomando para ponto de partida a historia, estudada á luz da philologia; e observando os factos juridicos, não só em uma mas em todas as regiões do globo, ascende até ás creações da theoria sobre elles engendradas pela mente humana no sentido de melhorar as condições da vida, ou impulsionar o progresso social.

Para essa escola o direito é uma face da vida real; é um phenomeno social, que deve ser percebido e examinado na sociedade, porque é ahí que elle vive com apoio nas condições em que vive a sociedade, territoriaes, moraes, psychologicas, intellectuaes e economicas.

Não é criação arbitraria: e, pois, quando se trate de codificar-o, isto é, de elaborar uma lei geral que subordine uma classe numerosa de relações juridicas, não poderá o codificador operar sinão com os seguintes elementos combinando-os e modificando-os conforme a utilidade social: 1º, as leis existentes, que constituem a fonte mais copiosa

presso no costume, no habi'o, na aspiração; 3º, a doutrina scientifica experimentada pela pratica dos povos.

Só assim o código será, como deve ser, a expressão do direito objectivo; do direito tal como existe no seio da sociedade, formado pelo seus naturaes elementos, guiado pela consciencia nacional, illuminada, conforme a expressão Cagliola, *con l'opera dei giuristi e della scienza* (Cagliolo, obr. cit. § 4º, pag. 60, Ihering, *L'esprit du Droit Romain*, traducção de Mr. O. Meulencar, 1889, vol. 1º, § 3º.)

Fóra dahi o codificador não tem a liberdade que o autor do projecto suppõe; porquanto a omnipotencia legislativa já não é mais deste seculo.

Foi sem duvida por não ter cogitado em um processo regular de codificação, e por formar uma idéa falsa da missão de que foi incumbido, que o autor do projecto, codificando o nosso direito civil, julgou-se diante de uma tabua riza, ou de um muro novo, conforme expressão por elle usada, onde, sem attenção aos principios cardeaes do direito, escreveu á vontade, supprimindo instituições realmente existentes, confundindo umas com outras, desnaturando a todas, dando, em summa, ao seu projecto os visceraes defeitos, que a comissão, com magoa, teve de apontar no parecer que redigiu.

Não é isso codificar, sinão desapiedadamente mutilar o direito; nem ao menos é o projecto o estudo ponnoso de legislação comparada, que a resposta insinua, pois não passa de uma mutilação, sem dó, do direito estrangeiro.

A comissão justifica de sobre isso asserto, invocando, por exemplo, dentre muitos que no projecto formigam, o art. 1.063, relativo ao mandato, pretendida traducção do art. 1.737 do Código Civil Italiano, do qual foi copiado, artigo por artigo, e na mesma ordem, todo o capitulo relativo a esse contracto.

A só aproximação dos textos faz saltar a justificação da comissão.

Diz o Código Italiano: «*Il mandato é un contratto, in forza del quale una persona si oblige gratuitamente o mediante un compenso a confiere un affare per conto di un'altra persona da cui ne ha avuto l'incarico.*»

Diz o projecto: «*Considera-se mandato o contracto pelo qual uma pessoa se obriga, mediante salario ou gratuitamente, a fazer alguma cousa a outrem, que della incumbiu.*»

O autor do projecto traduziu — *confiere un affare per conto di un'altra persona por fazer alguma cousa a outrem.* e desse modo trahiu cruamente o legislador italiano, desnaturou sem dó a instituição, e deu-nos uma cousa que jamais um estudante de direito tomará por mandato.

São assim os empréstimos feitos pelo autor do projecto ao direito estrangeiro.

II

A locação-empyhteuse do art. 711 do projecto, a locação-servidão do art. 710, a locação-direito real, estabelecido em diferentes artigos, a locação-direito de familia dos arts. 2352 e seguintes, são aberrações taes que o autor do projecto jamais conseguirá explicar: são extravagancias que infringem os preceitos da logica, e que por isso jamais poderão conciliar-se com a belleza do direito, reclamada já desde o tempo do imperador Adriano, que, abolindo o *Senatus consulto Claudiano*, declarava que o fazia, *não só iniquitate rei, mas também ineleganti juris motis* (Gaio I, 84).

Em vista da resposta, no ponto relativo á locação-empyhteuse, a comissão precisa lembrar a historia da emphyteuse, que, para justificar-se, o autor do projecto affecta desconhecer.

Nascida dos arrendamentos (locações) a particulares, que no Imperio Romano faziam de suas propriedades as cidades, os collegios de sacerdotes e as vestaes (Gaio III, 145, *De Legibus*, § 1º, e *De Aedilicia Edictis*, § 1º)

dia-se nos primeiros tempos com a locação, e até com a compra e venda, em vista da grande somma de direitos exercitados pelo emphyteuta.

Discutiam os antigos, refere Gaio, si a emphyteuse procedia do contracto de compra e venda, ou se procedia do de locação, e a controversia se baseava no facto de se encontrarem na emphyteuse effectos de um e de outro contracto.

Observações mais attentas revelaram logo na instituição do caracteres especiaes, que a extremavam das outras duas, e a controversia foi resolvida pelo imperador Zenon, o qual declarou que nem a locação, nem a compra e venda produziriam a emphyteuse.

E a emphyteuse ficou assim instituida como um contracto especial, que, differente de todas as outras instituições do direito, devia ter, e apoiar-se em regras que lhe fossem especiaes — *suis pactionibus fulcienda*.

Assim recebeu-a Justiniano, e consagrou-a no seu corpo de leis — *Sed talis contractus, quia inter veteres dubitabatur, et a quibusdam locatio, et a quibusdam venditio existimabatur, lex Zenoniana lata est, quos emphyteusos contractui propriam statuit naturam, neque ad locationem, neque ad venditionem inclinarent, sed suis pactionibus fulciendam.* (Const. 1ª Cod. de Jur. emphyt. IV, 66, e § 3º das Inst. de Locat. III, 24.)

Já nesse tempo se ensinava, pois, que a locação não podia produzir a emphyteuse.

O autor do projecto, porém, instituindo a locação-empyhteuse, e desfundendo-a na sua resposta flnge desconhecer a historia da instituição, o querendo voltar aos tempos anteriores ao imperador Zenon, torna-se interessante pela razão que adduz para esse retrocesso.

Não teve razão logica, nem motivo de interesse ou utilidade publica: o autor instituiu no projecto a locação-empyhteuse só por lembrar-se da ordenação do L. 4, T. 45, que outr'ora a consagrou no nosso direito, e por querer resuscitá-la.

Effectivamente, essa ordenação, que é uma disposição compilada em 1643 (compilação philippina), foi revogada em 1757 pelo alvará de 3 de novembro, e desde então até ao presente ninguem mais, no nosso direito, confundiu a locação com a emphyteuse (Teixeira de Freitas, *Consolidação das Leis Civis*, ed. . . art. . . nota.)

E, assim, outro motivo não teve o autor do projecto para a disposição que consagrou no art. 711, sinão a restauração do erro em que cahiu o legislador portuguez em 1643, do qual já elle mesmo se havia redimido desde 1757: é força confessar que, em homem da estatura do autor do projecto, não parece seria a enuacição de semelhante motivo.

A locação-servidão é extravagancia igual á precedente; e em sua resposta, á falta de defesa, teve o autor do projecto de recorrer á falsidade, por certo incompativel com os elevados merccentos que lhe são reconhecidos, de attribuí-la ao Código Civil do cantão de Zurich e ao já mencionado projecto de código civil allemão.

Nenhum delles co usagra o despropósito.

Os arts. 399 e 400 do código de Zurich, cita-os na resposta do autor do projecto, não se occupam com a alludida extravagancia: elles dispõem sobre a inscripção de arrendamentos no registro predial para que possam ser allegados contra terceiros.

O art. 1050 do projecto de código civil allemão está subordinado ao tit. 3º que, na traducção já citada, tem a seguinte inscripção — *Des servitudes personnelles restreintes: o projecto allemão trata ahí da servidão e não da locação, e não confunde cousa alguma, como é facil verificar pela letra do citado art. 1050, que é a seguinte:—On peut aussi établir comme servitude personnelle restreinte le droit d'avoir l'usage, à titre d'habitation, d'un bâtiment, ou d'une partie d'un bâtiment à l'exclusion du propriétaire.* E' do direito de uso, a titulo de habitação, que trata esse artigo

uma servidão pessoal restricta; não é da locação-servidão, como em sua resposta pretende o Sr. Dr. A. Coelho Rodrigues.

A locação-direito real especial encontra embaraços na natureza das cousas, pois que a locação e o direito real são por natureza inconciliáveis.

Ainda que o código de Zurich tenha, em certos casos, dado à locação uma feição real, ainda que, como diz a resposta tenha esse código sido feito em 1854 por Bluntschli, revisto em 1887 por Schneider e vertido para o francez em 1890 por Mr. Lehr, a quem o autor do projecto, segundo allega, tem a fortuna, que a comissão não tem, de conhecer pessoalmente, não é isso bastante para que, sem critica e sem razão, seja elle transplantado para o nosso paiz.

O direito não é sómente historico, é tambem essencialmente geographico; e o autor do projecto, que conhece o código civil do cantão dos Grisões, pela traducção feita, e publicada no corrente anno, por Mr. R. de la Grasserie, devia ter lido isso na excellente introdução por elle escripta para a mencionada traducção.

Por conhecerem essa face do direito, Bluntschli e Planta, incumbidos de dar um código civil, o primeiro a Zurich, o segundo aos Grisões, transportaram-se para o territorio dos respectivos cantões, e ahi foram estudar os costumes e usos locais, os quaes, pelo conhecido aferro daquelles povos ás suas tradições, ainda que contrarios aos principios de direito scientificamente firmados e geralmente admittidos, não podiam deixar de ser representados no código, que, como já escreveu a comissão, não deve ser menor que a imagem reflexa do direito do povo a que vae servir.

Foi assim que se desenvolveram aquelles dous professores, de verdadeira sciencia, da tarefa de que foram incumbidos: o primeiro deu em 1855 o código civil do cantão de Zurich, o segundo deu em 1862 o código civil do cantão dos Grisões. Nenhum desses códigos é uma especie de veste talhada para todos os corpos; o primeiro é dos zurichenses, como o segundo é dos grisões. Ambos destacam-se dos demais códigos em vigor na Confederação Helvética, e elles são dezesete, pela cor local que lhe foi dada, ou consagração de verdadeiras originalidades juridicas fortemente enraizadas nas tradições populares.

Si o autor do nosso projecto tivesse attendido a essas circumstancias, teria tambem examinado com mais cuidado a substancia da locação e a natureza do direito real, e ter-se-hia desviado do erro em que cahiu, levado naturalmente pela melhor intenção, que a comissão é incapaz de pretender desfigurar.

Si possam duvidas ainda existir, para não ser mais extensa, o porque o autor do projecto, em sua resposta, mostra preferir a autoridade á razão, a comissão referir-so-ha ao professor Miraglia, da Universidade de Napoles, o qual, tambem escrevendo sobre a philosophia do direito privado, enuncia-se do seguinte modo sobre o direito real, ponto que occupa a nossa attenção:— *differiscono moltissimo da quei limiti o vincoli, che è diritti de obbligazione opportuno al dominio: colui il quale acquista diritti di questa ultima specie, per esempio, l'inquilino, esercita i diritti parziali di proprietà a lui conferiti in nome del proprietario, perchè i diritti personali sono rapporti immediati tra persona e persona.* (Filosofia del Diritto 1885, Cap. 9º, pag. 140.)

A locação não é mais do que uma relação pessoal: o locatario não poderá exercitar o direito que della lhe resulta sinão em nome do locador.

Disponer cousa diversa é fazer o monstro horaciano.

Cabe mais ou menos dizer-se o mesmo a proposito da locação-relação de familia e da locação-sociedade.

Por ser uma relação patrimonial, não póde a locação, sem offensa á natureza das cousas, e sem consequente confusão de idéas, ser incluída entre as relações de familia, de natu-

reza tão diversa, a ponto de pretenderem alguns excluí-las do quadro do direito civil, opinião a que o autor do projecto ainda allude em sua *Exposição de motivos*, annexa á resposta que escreveu.

A parceria agricola e a pecuaria, si nasceram com a locação, della se distinguiram logo em sua evolução juridica. Si se avizinham mais da sociedade do que da locação, tambem não se confundem totalmente com ella. E si, participando da natureza das duas instituições, tem suas regras especiaes, quem quizer proceder com logica ha de tratar dellas de modo especial, como fizeram os *Apontamentos* do Sr. Dr. Felicio dos Santos (art. 2233), não obstante a Ord. L. 4º, T. 45 tel-as collocado, como diz a resposta, *paredes meias* com a sociedade, não obstante a nossa lei de 15 de março de 1879 tel-as considerado como locações de serviços.

E assim teria procedido o autor do projecto, si realmente tivesse querido dar valor á comessinha maxima de direito que cita em sua resposta—*modica circumstantia facti magnam furis differentiam inducit.*

Parece que o autor do projecto não mediu bem a significação da maxima invocada.

III

Foi sem reflexão que o autor do projecto escreveu o que se lê na resposta a proposito das considerações que a comissão entendeu dever fazer sobre os arts. 843 e seguintes do projecto, relativos ao contracto de edição: por certo não fóra necessario que o projecto traduzisse, artigo por artigo, as disposições do Código Federal das obrigações da Republica Helvética, para que neste paiz se ouvisse fallar em *direito emtoral* ou em propriedade litteraria.

O que disse o parecer, exactamente o que o autor do projecto não viu, porque o peor cego é aquelle que não quer ver, foi que o nosso actual estado social não reclama ainda uma figura especial de direito para as relações entre autores e editores: e essa observação não causará estranheza a quem souber que o Brazil ainda não adheriu á União Internacional, formada pela convenção de Berne, de 9 de setembro de 1886, entre a Allemanha, Belgica, França, Grã-Bretanha, Haíti, Italia, Suissa e Tunisia, e que ha pouco tempo ainda por uma das causas do Congresso rejeitou uma convenção litteraria com a França relativa a esse assumpto.

A França mesmo, que tanto tem pugnado e tanto tem feito pela propriedade litteraria, ainda não consagrou em seu direito a figura especial que o projecto pretende que existe já no nosso, á espera de ser legalizada.

IV

Sobre a posse affirmou a comissão que o projecto, apresentando-a com substancia inteiramente nova, diversa daquella que lhe assignalam os factos juridicos e a doutrina geral sobre elles baseada, começa confundindo-a com a detenção (art. 1328), prosegue distanciando-a da noção apresentada para subordinar-a á doutrina geralmente aceita (art. 1348), e acaba igualando-as ao denominado *jus possidendi* (art. 1355).

E' uma verdadeira mistura, que poderá ser tudo quanto queira o autor do projecto, mas que nunca poderá ser uma construcção regular, não já para figurar em um corpo de leis, mas mesmo para occupar espaço em um livro de theoria.

Não cabe por certo á comissão ir buscar a posse em suas origens, e acompanhá-la em todas as phases historicas, para descobrir-lhe o fundamento philosophico, e determinar-lhe a construcção legal regular: caberia antes essa tarefa, em exposição de motivos, ao autor do projecto, demonstrando a regularidade da sua nova construcção, justificando-so ao mesmo tempo do abandono em que quiz deixar a doutrina seguida por todos, e consagrada pelos códigos dos povos civilizados.

E' falha, porém, a exposição dos motivos sobre esse assumpto, e é falha tambem a resposta, uma e outra não dando mais do que a

certeza de que o autor do projecto pretendeu considerar a posse como um direito real, porque viu-a com essa feição no código de Zurich e de que não está ao facto do desenvolvimento que a doutrina tem dado a esse instituto.

A doutrina que contra a de Savigny tem ganho terreno é a que considera a posse, não só como a manifestação do direito de propriedade, mas como a manifestação de um direito real, unidas assim, na mesma instituição e nas mesmas regras, a posse e a quasi-posse, isto é, a posse das cousas corporeas e a posse dos direitos. (Van-Weiter, *Cours de Droit Romain*, I § 85, Arudts-Serafini, *Pandette*, I § 135 nots. 5 e 9, e Mazzoni, *Instituzione de Diritto Civile Italiano*, III L. 3, T. 2, C. 1.º)

Dalí para a concepção da posse como um direito real dessa concepção para uma construcção regular de conformidade com a nova feição, a distancia é incommensuravel, e quem quizer franqueal-a de um salto correrá o risco de queda desastrosa em meio caminho, como aconteceu ao autor do projecto, que nos quer dar uma posse, com a feição nova uma metade, com a antiga a outra metade.

Trata-se, portanto, de uma verdadeira novidade: não é só a construcção regular que ainda lhe falta; são as condições de vitalidade que não lhe são ainda reconhecidas e efficaçamente impugnadas pela natureza mesma das cousas, que não permite a conciliação entre a necessaria relatividade da posse e o caracter absoluto do direito real—*esso ha carattere speciale*, diz Miraglia sobre a posse, a proposito desse attrito natural entre ella e o direito real *é un diritto relativo, perchè la revoluti della persone di dominare sagli oblici non si esercita su cose prine di padrone, e non diviene signoria assoluta, bensì è costretta a cedere imanzi ad un diritto posione dimostrato.* (Obr. cit. Cap. X.)

Ahi está porque a comissão affirmou que por emquanto a construcção da posse com a feição real não passou do dominio da theoria: ainda que adoptada em algumas legislações positivas como a do cantão de Zurich, não está ainda sancionada pela doutrina geral de modo a constituir verdadeira construcção scientifica. E para que não continue a affirmar-se nua, crúa e secca, como diz a resposta, só apoiada na autoridade da razão, a comissão invocará a autoridade do famoso Ihering, professor out'ora na Universidade de Goettingen, e professor de sciencia que o autor do projecto não quererá contestar, o qual, na obra já citada, fustigando as invasões do legislador nos dominios da theoria, lembra exactamente o caso da construcção legal da posse considerada como direito real: *On a vivement combattu dans ces derniers temps quelques unes de ces constructions legales établies dans nos nouveaux codes, surtout dans le droit autrichien, par exemple, l'idée du domaine eminent ou servant... la conception de la possession comme droit réel* (Randa pag. 27), etc.

(*L'esprit du Droit Romain*, traducção de Mr. O. de Mulanaire, 1880, III, pag. 62, not. 33.)

V

O parecer affirmou que, no direito moderno, a servidão, conforme a construcção scientifica, já hoje consagrada por quasi todos os códigos, não é sinão o onus real constituido sobre um predio pertencente a um dono em beneficio de outro predio pertencente a um dono diverso: de modo que não ha servidão que não seja predial, e o usufructo, e o uso e a habitação que o antigo direito denominava servidões pessoais, passaram a ser considerados como instituições diversas da servidão, visto que nellas se não encontram todos os caracteres desta.

Foi essa a affirmação.

A resposta, presente á comissão, no topico veiu com um desproposito de tal ordem, que não achará explicação no bom conceito de que até ao presente tem gosado o autor do projecto.

Para justificar esse asserto a comissão transcreverá as palavras da resposta, pois não poderá querer melhor justificação do que a que ella lhe fornece com prodigalidade.

Diz a resposta: «Nos tempos em que eu aprendi e ensinei direito, si um estudante em seu exame proferisse taes despropositos, mesmo sem o tom dogmatico e arrogante da comissão, correria muito risco de repetir a materia no anno seguinte. Então era com effeito elementar que as servidões podem ser pessoas, ou prediaes, assim como que a primeira especie comprehende a habitação, o usufructo e o uso, e que as duas ultimas sub-especies podem ter por objecto bens moveis ou immoveis.» (Fr. 1º Dig. de servit. 3, 1º e Ins. 2, tit. 2, 3 e 4.)

A cada passo a comissão vê robustecida a convicção em que se achava, e que sinceramente deplora, de que o autor do projecto não tomou a serio a tarefa de que por contracto se encarregou.

Por ter encontrado originalidade em algumas disposições doCodigo Civil do cantão de Zurich, mas sem indagar si essas disposições consagravam apenas usos locais, ainda não superados pela aspiração de unificar-se na Suissa a legislação civil, resolveu-se o autor a, com ligeira e ás vezes damnosa modificação de fórma, trasladal-o para o seu projecto, em toda a parte relativa aos direitos reaes, capitulo por capitulo, secção por secção, artigo por artigo.

Foi uma cópia servil, especie de réde que em suas malhas colheu o autor, levando-o irremediavelmente ao aprisco do *servum pecus*, de que falla o poeta latino.

O codigo de Zurich não trata do direito de uso: o projecto, em sua primeira edição, esqueceu-se tambem da existencia dessa instituição, e só na segunda apresentou-se com o enxerto dos arts. 1604 e 1605, que lhe são relativos.

O codigo de Zurich não trata, no respectivo capitulo, das servidões locais: o projecto tambem não attendeu competentemente a essas servidões, que formam no nosso direito uma classe importantissima, e, o que é mais grave, esquecendo-se de que, tratando das obrigações que derivam directamente da lei, no art. 1.251, remette o leitor ao logar respectivo para conhecer, as servidões legaes da propriedade immovel, e quem se der ao trabalho de procural-as não as encontrará no capitulo das servidões.

O codigo de Zurich (art. 239) institue uma servidão predial pessoal: o projecto tambem o acompanha (art. 1.544), esquecendo-se da advertencia do celebre Mr. Lehr, escripta em nota ao art. 239: *Bluntschli a cru devoir tenir compte d'intérêts locaux, existant depuis fort longtemps dans le canton et qui eussent été sacrifiés si le code avait fait de l'existence d'un héritage dominant la condition sine qua non de la reconnaissance d'un service foncier.*

Não lhe ocorreu que os mesmos interesses locais não se davam no Brazil.

O codigo de Zurich (art. 201), sobre o thesouro achado em predio alheio, para o caso em que, sem direito, tenha o inventor feito pesquisas para descobri-lo, dispoz que se devolvesse a parte do inventor, isto é, a metade do thesouro, á caixa dos pobres da respectiva communa. O projecto tambem o acompanhou nos seguintes termos do artigo 1.524: *Si o achador, contra a vontade do dono do continente, fez pesquisas ou excavações para descobrir o thesouro, ou si occulta o achado, sua parte devolve-se ao cofre da assistência publica da respectiva municipalidade; esquecendo-se de que, na parte geral já havia disposto sobre a materia, em sentido diverso mandando attribuir essa metade ao dono do predio nos seguintes termos do art. 295: A invenção do thesouro em terreno alheio confere ao inventor a propriedade da metade do mesmo thesouro; si, porém, a invenção foi precedida de busca premeditada, e prohibida pelo dono do respectivo continente, o inventor será obrigado a restituir-lhe o achado integralmente, e a indemnizal-o pelos damnos, que da busca houverem resultado.*

Não teve outro motivo o autor do projecto para tratar das servidões do modo porque o fez: tratou desse modo, porque assim viu a materia tratada no codigo de Zurich que copiava sem reflexão.

O antigo direito distinguia, é certo, as servidões em reaes e pessoas, comprehendendo estas ultimas o usufructo, o uso e a habitação.

Mas esse foi o principio.

As instituições, verdadeiros corpos juridicos, como já a comissão teve occasião de lembrar, como todos os organismos, nascem, crescem, desenvolvem-se e morrem.

O autor do projecto quiz ficar no principio ou no abc do direito, como elle diz; mas a sciencia que não pára, acompanhou a instituição em todas as phases evolutivas; passou pela carta de nomes, e chegou a lexeologia do direito, onde firmou a significação do vocabulo que a designa, e a natureza especial com que existe:—servidão não é senão o onus real constituído sobre um predio pertencente a um dono em favor de outro predio pertencente a dono diverso.

E' esse o direito moderno: fóra dali não ha servidão. Ha, sem duvida direitos reaes, sempre que, em dadas condições, se encontra a cousa, objecto da propriedade, servindo a outrem que não o proprietario; ha usufructo, ha uso, ha habitação, ha renda, ha anticrese, ha emphyteuse, mas não ha servidão.

Mesmo na compilação de Justiniano, que data do sexto seculo da nossa era, si tivesse querido, o autor do projecto teria descoberto inilicios de que os juriconsultos daquella época lobrigavam já differença entre essas instituições e a servidão propriamente dita.

Não passou isso despercebido ao sabio Molitor, que aprendeu e ensinou direito com muita proficiencia na Universidade de Gand.

Diz elle: *Cependant, dans son sens propre le mot servitus sert à designer la servitude prediale, c'est ainsi qu'en tête du titre 1, Dig. VIII, on lit de servitutibus, après que la matière de l'usufruit a déjà été traitée au titre 10, Dig. VII; et c'est encore ainsi que les textes (L. 8, Dig. VIII, 1) dévient quelques fois la qualité de servitudes à des droits qui constituent cependant de véritables droits d'usage, et par conséquent des servitudes personnelles.* (Cours de Droit Romain approfondi, et. de 1852, p. 292.)

Hoje nem mais se disputa sobre esse assumpto.

Aos juristas estrangeiros de maior nomeada, por satisfazer ao autor do projecto, a comissão não pôde deixar de pedir o seguinte trecho de De Filippis, que se encontra nos ns. 225 e 226 do vol. 3º do excellente *Corso de Diritto Civile Italiano*, publicado pelo eminente professor em 1870, e que parece ter sido propositalmente escripto para reprovar o autor e seu projecto: *Il diritto romano ammetteva le due specie di servitù personali e reali. Nella prima specie erano compresi i diritti reali di usufructo, uso, abitazione ed apere degli sebiavi. Tutte le altre servitù appartenevano à la classe delle reali. Nelle legislazioni moderne non è stato conservata la classe delle servitù personali, sicché l'usufruitto, l'uso e l'abitazione sono riconosciute como diritti reali, ma non come servitù. Una volta rimossa la servitù personale, era logico che nei codici moderni si fosse definita la servitù reale, e non già la personz'e.*

E' logico, diz o professor, que nos codigos modernos não se falle em servidão senão para a servidão real, isto é, para a servidão predial dos antigos.

Entre os juriconsultos patrios, a comissão lembrará um, que nada tem a invejar aos alienigenas e de quem o autor do projecto, segundo declara na exposição de motivos, desejára ser o secretario na grande obra da codificação do nosso direito civil: o *Direito das cousas*, um dos monumentos com que o Sr. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira tem enriquecido a nossa litteratura juridica, não trata de outra fórma da materia das servidões, como poderá ver o autor do projecto no § 114 daquella obra.

Até aqui a doutrina scientifica: mas o projecto, em materia de servidões, para ficar no

abc do direito, não só separou-se da doutrina, como ainda dos codigos que teem sido elaborados.

Já o código da Prussia, conhecido com o nome de codigo Frederico, e que se pôde dizer o primeiro dos que teem sido elaborados nestes tempos modernos (elaborado em 1786 e publicação como lei em 1794) não considerou mais a materia das servidões, (Parte 1ª Tit. 22) senão limitada aos serviços prediaes, *services fonciers*, como o autor poderá ler na *Concordance entre les codes civils Etrangers et le code Francais de Saint Joseph*.

Depois d'elle vem o codigo francez publicado em 1810, ainda hoje conhecido com a denominação de codigo Napoleão, e que tem servido de modelo a quasi todos os codigos publicados na Europa: ainda ahi e ainda nos outros que o tomaram por modelo, as servidões não são sinão os *services fonciers*, isto é, os serviços ou a servidão de um predio prestado a outro predio, como se vê nos arts. 637 e seguintes, subordinados ao liv. 2º, tit. 4º, com a seguinte inscripção—*Des servitudes ou services fonciers*.

Em summa de entre todos os codigos, que a comissão teve á mão para consultar, e não foram poucos, quer da Europa e quer da America, até o ultimo publicado, que foi o da Hespanha em 1889, apenas o codigo de Zeiler, redigido para a Austria em 1810 e o do Cantão de Zurich na Suissa, redigido por Bluntschli em 1848, são os que tratam da materia pelo modo porque o fez o projecto, o que não causará estranheza a quem souber que esses dous codigos tiveram de respeitar interesses locais, chegando o de Bluntschli até a consagrar a instituição da servidão predial-pessoal, que nadoutrina scientifica é uma verdadeira anomalia.

VI

O projecto, diz a resposta, reduziu a antichrese a uma modalidade da hypotheca, o supprimindo as regras peculiares a essa instituição, dispoz que fosse regulada pelo usufructo.

Mas porque separou-se o projecto, desse modo, do direito philosophico, do nosso direito actual e da legislação positiva dos povos?

Sem razão de utilidade social, sem reclamação de interesse local, não deveria fazel-o: entretanto por explicação, a exposição de motivos limita-se a dizer: *o cap. 5 e ultimo regula a antichrese, como uma modalidade da hypotheca, ao que ficou reduzida pelo projecto.*

Si a comissão censurou o projecto por ter maltratado a antichrese, não pôde agora levantar a censura que fez por saber que o autor procedeu sem motivo, e por conhecimento incompleto da historia e da substancia da instituição.

Si é certo que a antichrese nasceu em confusão com o antigo *pignus* dos romanos não é exacto, como suppõe a resposta, que no direito romano ella tivesse sempre existido como uma modalidade do penhor, e a prova para não ir a affirmação nua, crua e secca, encontrará se quizer, o autor do projecto, na Constituição 14 do cod. de Justiniano, Livro 4, T. 32.

Já a comissão deixou notado, e é essa a lição da historia, que o que ocorre nos organismos, e em todos os phenomenos do mundo, é o mesmo que ocorre no desenvolvimento do direito: a principio a confusão, dominada por primitiva homogeneidade, depois a particularização das funções; depois a physionomia propria dos órgãos correspondentes; e finalmente a divisão do todo em partes diversas e aperfeçoadas.

Em relação ao ponto de que se trata, a principio era o *pignus*, na idéa primitiva, abrangendo em confusão toda a sorte de garantias que pudessem o devedor dar ao seu credor, veio depois a particularização das funções das diversas garantias offerecidas pelos devedores; depois a physionomia propria de cada uma dellas; e finalmente a constituição independente do penhor, da antichrese e

da hypotheca, cada uma dessas instituições com a sua função propria, e com as suas regras especiaes.

Já era esse o estado do direito no tempo de Justiniano; e é esse o estado actual, na Europa e na America, scientifica e positivamente determinado, perfeitamente consubstanciado nas seguintes expressões do Sr. Dr. Lafayette no § 168, n. 3 do *Direito das Cousas*: *Pode a antichrese andar ligada à hypotheca, ou ter existencia isolada e independente: em um e outro caso ella se rege sempre por suas leis.*

Ao autor do projecto, pois, não era dado, sem motivo de ordem local, sem razão de ordem scientifica, pois que o elemento historico e o elemento logico são duas forças productoras do direito, aniquilar entre nós, pois que a priva de existencia independente e das regras que lhe são especiaes (art. 1769), uma instituição, que a sabedoria das nações tem consagrado, como tendente a fortalecer o credito, e a propiciar com o movimento de capital, o respectivo desenvolvimento economico.

Por amor ás Ordenações Philippinas, como havia feito em relação à locação-*emphyteuse*, seria mais coherente o autor do projecto se resuscitasse a do L. 4, T. 67 que no § 4^o prohibia formalmente o contracto antichretico.

VII

A comissão, Sr. ministro, não alongará mais este trabalho: pelo que vem de ser cito já se tem feito patente que a resposta dada pelo autor do projecto, e a intitulada exposição de motivos, que não contém motivos, mas apenas a indicação summaria do que fez ou pretendeu fazer o projecto, nada trazem que possa modificar a conclusão do parecer que ella teve a honra de apresentar-vos.

A divisão do plano em uma parte especial, no modo de ver da comissão exposto no capitulo III do parecer, com o qual aliás concordou em sua resposta o autor do projecto, pois que não o combateu, foi mal comprehendida e mal executada; e esse defeito é radical, sufficiente por si para dar fundamento ao parecer emitido.

As instituições juridicas, segundo demonstrou a comissão, foram, em geral, mal consideradas pelo autor do projecto, que por isso foi levado, não só a confundil-as umas com as outras, misturando-lhes as disposições relativas, como a dar-lhes collocação indevida, o que é tambem defeito radical para a obra de que se trata.

As disposições do projecto foram, em geral copiadas de códigos estrangeiros, medeante o maior e mais censuravel abandono do direito civil patrio, que é exactamente o que devia ser codificado, mediante a melhor vontade do autor de, em retalhos, e esses mesmos desfigurados pela infidelidade da cópia, transplantal-os para o nosso meio social: do imitador nada se póle esperar de bom, diz LaFontaine, e *qu'il soit singe ou qu'il fusse un livre, la pire espèce, c'est l'auteur.*

Finalmente a forma das disposições não guardou a consideração devida à clareza e à precisão, que em disposições legislativas são qualidades fundamentaes, nem à terminologia juridica, que devia ser o maior cuidado do autor, segundo a recommendação de Quintiliano—*Summus circa verborum proprietatem labor erit.*

Eis Sr. ministro como pensa a comissão, a qual aproveita a oportunidade para agradecer-vos a confiança que vos mereceu, e as attentões de que sempre se viu rodeada, durante o tempo dos trabalhos na secretaria, que com taoto zelo dirigis.

Rio, 17 de outubro de 1893.—Ao Exm. Sr. Dr. Fernando Lobo Leite Pereira, ministro e secretario de estado da justiça e negocios interiores.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1893.—Antonio José Rodrigues Torres Netto.—Antonio Dino da Cruz Bueno.—Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella Junior.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por portarias de 17 do corrente, foram nomeados:

O cidadão Francisco Antonio Dias Abreu, para exercer interinamente o cargo de inspector da 2^a secção da 15^a circumscripção;

O cidadão Elivin Drysdale Filho, para exercer interinamente o cargo de inspector da 8^a secção da mesma circumscripção.

Directoria do Interior

Expediente de 16 de novembro de 1893

Accusou-se o recebimento do officio de 17 de outubro findo, em que o consul geral do Brazil em Barcellona presta informações sobre a epidemia de *cholera-morbus* nas provincias de Santander e de Guipuzcoa.—Remetteu-se o officio ao inspector geral de saude dos portos.

— Communicou-se ao inspector geral de saude dos portos, em referencia aos officios de 10 de agosto ultimo e 3 do corrente mez, que, por aviso de 24 de outubro findo, solicitou-se ao Ministerio da Fazenda a expedição de ordem para que seja posto na Alfandega do estado do Espirito Santo o cretito de 600\$ com destino ao pagamento do aluguel da casa em que funciona a inspectoría de saude do porto daquelle estado.

DIRECTORIA SANITARIA

Requerimentos despachados

D. Emilia Ferreira de Hollanda.—Passe-se a licença, notificando-se a peticionaria no sentido do disposto no art. 19, 2^a parte do artigo do regulamento vigente.

Ro lolpho Fechner.—Idem.

Directoria da Instrução

Por portaria de 11 do corrente, foram concedidos quatro mezes de licença, com ordenado na forma da lei, a contar do 7 deste mez, ao lente cathedratico da Faculdade de Direito do Recife Dr. Joaquim de Albuquerque Barro; Guimarães, para tratar de sua saude.

Expediente de 13 de novembro de 1893

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores —Directoria Geral de Instrução—1^a secção—Capital Federal, 13 de novembro de 1893.

Em resposta ao vosso officio de 8 do corrente mez declaro-vos que, de conformidade com o § 6^o do art. 2^o das instrucções approvadas pelo aviso de 16 de novembro de 1892 e publicadas no *Diario Official* de 20 do mesmo mez, a inscripção para os exames de preparatorios póde ser feita independentemente da ordem logica das disciplinas ali estabelecidas, comtanto que somente seja admittido a prestar exame de qualquer materia o estudante approvado na disciplina ou disciplinas, cujo conhecimento prévio, de accordo com as mesmas instrucções, for julgado indispensavel.

Saude e fraternidade.—Fernando Lobo, Sr. director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

—Remetteu-se ao director da Faculdade de Medicina da Bahia o decreto de 11 do corrente nomeando o Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães para o lugar de preparador da cadeira de chimica inorganica da mesma faculdade.

Dia 14

Solicitou-se do Ministerio da Fazenda a expedição de ordens assim de que sejam consideradas justificadas as faltas que, por motivo de molestia, deu de 1 a 30 de outubro ultimo o bibliothecario da Escola Polytechnica Dr. Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho.—Deu-se conhecimento ao director da escola.

Dia 16

Solicitou-se do Ministerio da Fazenda as providencias necessarias para que sejam consideradas justificadas as faltas dadas no mez de outubro ultimo pelos funcionarios da Faculdade de Medicina desta Capital, residentes em Nitheroy.

Ministerio da Fazenda

CONSELHO DA FAZENDA

N. 13—Acta da sessão de 13 de novembro de 1893

Aos tres dias do mez de novembro de 1893, reuniu-se o Conselho da Fazenda, sob a presidencia do Sr. Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire, ministro da fazenda, achando-se presentes os Srs. presidente do Tribunal de Contas, Dr. Manoel Francisco Correia, e os directores das Rendas Publicas do Thesouro Federal, bacharel Francisco José da Rocha, e interinos do Contencioso, bacharel Carlos Augusto Naylor e da Contabilidade, Henrique Pereira de Azevedo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o conselho resolveu:

Dar provimento aos recursos interpostos: Por Carneiro & Rebello, da decisão da Alfandega do Rio de Janeiro, proferida em 14 de junho do corrente anno, que classificou de cognac, para pagar, além da taxa de 500 réis por litro, estabelecida na 1^a parte do art. 127 da tarifa em vigor, a adicional de 30 % creada pelo art. 1^o da lei n. 126 A de 21 de novembro de 1892, o liquido que submeteram a despacho em 23 de maio do corrente anno, como aguardente moscatel sujeita à mencionada taxa de 500 réis;

Por Tavares Corrêa & Comp. do acto da sobredita alfandega que classificou de—sapatos—para pagar a taxa de 1\$600, cada par, do art. 29 da citada tarifa, 420 dos 840 pares de chinellas de lã, de mais de 22 centimetros de comprimento, que submeteram a despacho em 29 de abril proximo findo, e sujeitos a de 630 réis desse artigo;

Por G. J. Brutenmüller, da decisão da referida alfandega, de 14 de junho ultimo, negando-lhe a restituição da quantia de 247\$790, que de mais pagou de direitos relativos a 480 pares de chinellas de lã que propuzeram a despacho como de mais de 22 centimetros de comprimento, sujeitos à taxa de 680 réis cada par e que, na conferencia de sahida, verificou-se não excederem dessa dimensão, e por isso sujeitos à metade da mesma taxa, ficando, porem, obrigados a multa de que trata o art. 17 do decreto n. 355 A de 25 do abril de 1890;

Por Francisco Alves Pinheiro, do despacho da inspectoría da dita alfandega de 22 de março do corrente anno, em virtude do qual foi obrigado a indemnização da quantia de 534\$210, correspondente ao valor official, direitos de consumo e armazenagem de sete espingardas e quatro pistolas de dous canos e 19 revolvers de seis tiros vindos de Antuerpia no vapor inglez *Gordon Castle*, entrado em 19 de julho de 1891, visto não estar prova lo que taes artigos fossem estraviados do armazem de que o recorrente é fiel.

—Tomar conhecimento, como de revista, do recurso interposto por Block & Angelo, do despacho da supramencionada alfandega, proferido em 15 de maio ultimo, que qualificou de—producto chimico natural não classificado—para pagar direitos *ad valorem*, de accordo com o art. 343 da tarifa em vigor, o artigo que submeteram a despacho livre de direitos em 4 de outubro de 1892, como comprehendido no art. 55 da mesma tarifa, a fim de dar-lhe provimento para ser o producto em questão despachado isento de direitos como—guano artificial—, a que se refere o § 32 do art. 2^o das disposições preliminares da tarifa.

— Confirmar as decisões:

Da extincta Thesouraria de Fazenda no estado do Pará, de 4 de março do corrente

anno, que, reformando o acto da alfandega, mandou restituir a Singlehant Brocklehurst & Comp., conforme reclamaram, a importancia de 1:020\$, que lhes foi por ella exigida, e correspondente ao valor official de 12 cadeas de relógio para homem e 74 pares de brincos, tudo de ouro, pesando 510 grammas, de menos encontradas em uma caixa, que se verificou estar arrombada, com o letreiro—Agostinho—, pertencente a Agostinho Bastos & Comp., vinda de Lisboa no vapor inglez *Obidense*, de que aquelles negociantes são consignatarios, entrado em 27 de feveiro deste anno, por não ser da competencia da administração publica, e sim do Poder Judiciario, resolver as questões entre particulares, por damnos causados em mercadorias, fóra da alfandega;

Da Alfandega da Bahia, na parte em que impoz a Meister & Comp., a multa de 50\$, na fórma do art. 9º do regulamento annexo ao decreto n. 1203 de 28 de dezembro de 1892, por terem, sem que obtivessem a licença exigida pelo mesmo artigo para commerciareem em fumo, despachado na mesma alfandega, 1.500 charutos com destino a esta capital;

Da Alfandega do Maranhão, de 6 de junho proximo passado, que impoz á Companhia de Navegação a Vapor Fluvial Maranhense a multa de 100\$, pelo facto de haver o vapor *Victoria*, pertencente a dita companhia, sahido do porto da capital para o de Guajapó, no interior daquelle estado, sem o—passe—exigido pelo art. 445 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

— Negar provimento aos recursos interpostos:

Por Castro Valente, do despacho da Alfandega da Bahia, de 6 de feveiro do corrente anno, que exigiu-lhe o pagamento da armazenagem, na importancia de 900\$158, relativa a diversas caixas de cerveja importadas de Hamburgo, o qual foi obrigado a reexportar, por haver sido condemnada pelo Laboratorio Municipal de Hygiene, em razão do conter substancias nocivas á saúde publica;

Por Antonio dos Santos Coelho, do despacho da extincta thesouraria de fazenda no estado da Parahyba, de 22 de setembro de 1892 indifferindo a petição em que solicitou dispensa do pagamento do imposto de industrias e profissões, que deixou de satisfazer no anno de 1883, como mercador por grosso de assucar e algodão, na capital daquelle estado;

Por Odilon de Amorim Garcia, do acto da Alfandega do Rio Grande do Norte que lhe negou despacho livre de direitos para 160 volumes contendo tubos de ferro para caldeira, limalha grossa, obras de ferro inclusive um torno de ferro, ditos de borracha e ferramenta para artes e officios, destinados ao engenheiro Walter Jones, visto estar a decisão recorrida de conformidade com o art. 3º § 28, das disposições preliminares da tarifa em vigor com o art. 16 da lei n. 3229 de 3 de setembro de 1884, que prohibe despachos livres de direitos de consumo, fóra dos casos indicados nas citadas disposições preliminares.

— Finalmente, indifferir o recurso interposto por Antonio Carvalho de Almeida, ex-collector das rendas geraes do municipio da Granja, do estado do Ceará, do acto da extincta thesouraria de fazenda exigindo-lhe a indemnização da quantia de 155\$993, proveniente da porcentagem que abonou a Francisco Elestão de Andrade Pessoa, designado pelo dito collecter para servir no impedimento do escrivão effectivo da collectoria, o qual fira por elle suspenso illegalmente; declarando, outrossim, o conselho ter mal procedido o inspector da thesouraria, não só demorando por mais de tres mezes a sua decisão quanto á suspensão indiligente e á proposta da demissão do escrivão, demais accusado de graves faltas, como aceitando requerimentos em nome do collecter, feitos e assignados pelo funcionario encarregado da fiscalização da collectoria, figurando como procurador do mesmo collecter, facto pelo qual deve o referido funcionario ser advertido.

RECEBEDORIA

Requerimentos despachados

Dia 16 de novembro de 1893

Luceta Pereira de Andrade.—Transfira-se. Manoel José Gonçalves.—Idem. Domingos Parada Montenegro.—Idem. Arminda (menor).—Idem. Gonçalo (menor).—Idem.

Dia 17

Manoel Joaquim Correia da Costa.—Restituam-se 10\$000.

Manoel Leal de Camões.—Restituam-se 771\$000.

José Gonçalves da Silveira.—Transfira-se. João Pedro Pouchet e outros.—Idem.

José Antonio Martins.—Não ha que deferir em vista da informação.

Domingos Corrêa de Mello.—Não ha que deferir em vista da informação.

Thomazia Cactana da Cunha Pegado.—Dezuzam-se dous mezes no 1º semestre e dous no 2º do corrente exercicio.

Fausto Pereira de Souza Barros.—Transfira-se.

Costa & Santos.—Idem.

Maria da Gloria Pinto Gonçalves.—Idem.

Oliverio Manoel Felipe Santiago.—Idem.

Conceição de Jesus.—Rectifique-se.

Dr. Francisco Soares Pereira.—Rectifique-se como se informa.

Antonio dos Santos Theodoro de Souza.—Restituam-se 77\$400.

Ricardo Alfredo de Souza Castello.—Restituam-se 74\$400.

Ministerio da Marinha

Expediente de 3 de novembro de 1893

Ao director da Escola Naval, declarando que deve mandar apresentar o aspirante Duval Alves de Moraes que foi reclamado por sua familia por intermedio do presidente do estado de S. Paulo.

— Ao inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal, mandando eliminar, a vista do seu procedimento irregular, os operarios desse arsenal Antonio Dias, Francisco Domingos dos Santos, José Martins, Manoel Brandão Fernandes e José Affonso da Fontes; outrossim, approvando o acto pelo qual suspendeu por quatro dias o guarda de policia Euclides da Silva Pereira.

— Ao capitão do porto do estado do Rio Grande do Norte, declarando que a recusa, que fez um commerciante, de pagar a taxa da praticagem pela entrada de um navio nesse porto, nenhum cabimento tem porquanto a cobrança tem sido feita de accordo com o art. 33 do regulamento de 16 de janeiro de 1891.

— Ao capitão do porto do estado do Ceará, declarando que, relativamente ao procedimento do pratico Manoel Pirangy, deverá dirigir-se ao director da praticagem da barra de Pernambuco.

— Ao consul do Brazil em Londres, accusando o recebimento do seu officio n. 10 e dos impressos annexos que foram remetidos pelo almirantado inglez e pela corporação de *Trinity House*.—Foram transmitidos os impressos ao chefe da Repartição da Carta Maritima.

Dia 4

Ao inspector do Arsenal de Marinha da Capital, communicando que, por telegramma, expediu-se ordem no sentido de mandar effectuar o pagamento de que trata em seu officio n. 673 de 1 do corrente.

Dia 6

Ao Ministerio das Relações Exteriores, declarando, em resposta ao aviso de 31 de agosto ultimo, que segundo informa o Quartel General, dos registros do pessoal contratado para o serviço da armada não consta o nome do cidadão americano William Henry Collins.

— Ao Quartel General:

Mandando contar ao carpinteiro reformado José Gomes do Carvalho o tempo em que effectivamente serviu como enfermeiro a bordo dos navios da armada, de 19 de janeiro de 1884 a 14 de janeiro de 1891.

Autorisando:

Os commandantes das escolas de aprendizes marinheiros a despendar tudo quanto for conveniente em beneficio das mesmas escolas, communicando á secretaria do Estado as respectivas importancias e sua applicação para que uma vez classificadas nas competentes verbos possam ser legalizadas;

A mandar submitter Manoel Francisco da Gloria aos exames exigidos no decreto n. 271, de 18 de março de 1890 para a admissão no corpo de praticos, uma vez verificado que foi cabo do corpo de marinheiros nacionaes, do qual teve baixa por conclusão de tempo, conforme allega no requerimento em que pede ser nomeado pratico do Rio da Prata.

— Ao ministro do Estado das relações exteriores, declarando, a proposito do signal para indicar a ilha Grande (onde existe o lazareto) que accoita este ministerio as lettras que propuzer o *Board of Trad* para, desta fórma, haver uniformidade no codigo.

— Comunicou-se ao Quartel General.

— Ao chefe do estado-maior general da armada:

Declarando que, nesta data, providencia-se para que seja a Alfandega da cidade do Rio Grande habilitada com o credito de 910\$, por conta da verba — Munições navaes — para pagamento das contas do fogão e alguns moveis da escola de aprendizes marinheiros ali estabelecida.

Transmittindo a portaria concedendo um mez de licença, na fórma da lei, ao guarda marinha alumno Bento de Barros Machado da Silva para acompanhar sua familia fóra da capital.—Communicou-se ao director da Escola Naval e á Contadoria;

— Ao inspector do Arsenal de Marinha da capital declarando que pôde conceder 15 dias de licença, sem vencimentos, aos operarios extraordinarios da 6ª classe das officinas de torneiros, machinas e limadores e alumnos da Escola de Machinistas, afim de prepararem-se para os respectivos exames;

— Ao chefe da Repartição da Carta Maritima:

Approvando as instrucções organisadas pela directoria de Pharóes para o assentamento do pharol de Mostardas e declarando que, nesta data, providencia-se sobre os respectivos creditos á Alfandega do Rio Grande.—Deu-se conhecimento á Contadoria da Marinha.

Declarando, em resposta ao officio n. 305, que approva as providencias lembradas relativas á condução do material do pharol na ilha de S. Sebastião.—Communicou-se á Contadoria da Marinha.

— Ao contador de marinha, autorisando-o a abonar a Pedro Nolascio de Barros, escrevente da directoria de construcção naval, um mez dos respectivos vencimentos e a Francisco Torres Rodrigues, da mesma directoria, dous mezes, devendo a amrtisação ser feita de conformidade com as ordens em vigor.

— Ao inspector do arsenal de marinha do estado do Pará, communicando que, na presente data, fica prorogada por quatro mezes, a licença concedida ao mestre da officina de limadores desse arsenal Julio Henrique de Oliveira.—Communicou-se á Alfandega do Pará.

Dia 7

A' Capitania do Rio de Janeiro, mandando rescindir o contracto celebrado com Francisco Sebastião do Nascimento Badojo para servir de pratico na costa do sul da Republica.—Communicou-se ao Quartel General e á Contadoria.

— Ao Quartel General;

Mandando:

Desligar da escola de aprendizes marinheiros do Pará o menor Eduardo Pacheco, desde que José Borges Pacheco, que o reclama,

prove ser seu pae e indempnise as despezas feitas pelo Estado com o dito menor.—Communicou-se á Contadoria.

Contar ao commissario João Gomes de Lima o tempo em que effectivamente serviu como fiel a bordo dos navios da armada, de 22 de janeiro de 1885 a 30 de outubro de 1887, nos termos do aviso n. 1521 de 16 de setembro ultimo;

Transmittindo o folheto que contém o decreto regulando as bandeiras adoptadas no serviço do imperio da Allemanha;

Indeferindo o requerimento em que o fiel Paulino Alves de Castro Pimenta pede dous mezes de soldo para fazer uniformes.

—A Auditoria, transmittindo a certidão do inquerito policial sobre o facto de subtracção de peças de fardamento dos paioes do Arsenal de Marinha.

—Ao chefe do estado-maior general da armada, determinando que mande inspecionar de saude o guarda de policia do Arsenal da capital João Baptista de Brito Magalhães.

—Communicou-se ao inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal.

—Ao inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal:

Mandando eliminar do respectivo quadro o operario Joaquim Moreira, a vista do seu procedimento, e tambem o de nome Victorino Ferreira Leite do quadro effectivo das obras hydraulicas;

Declarando que, nesta data, concede-se ao fiel do almoxarifado desse arsenal Agostinho Affonso de Castro, tres mezes de licença na forma da lei, para tratar de seus interesses nesta capital;

—Ao chefe de estado-maior general da armada, communicando que, na presente data, é exonerado do lugar de inspector interino do Arsenal de Marinha de Matto Grosso o capitão-tenente Silvino José de Carvalho Rocha, e nomeado para substituí-lo no dito emprego o official de igual patente Francisco Marques Pereira e Souza.—Communicou-se ao delegado fiscal do Thesouro Federal em Matto Grosso.

—Ao Contador da Marinha:

Autorisando-o:

A mandar abonar ao machinista José de Mattos a importancia correspondente a um mez de vencimentos que indempnizará de accordo com as ordens em vigor;

A abonar, mediante fiança, um mez de vencimentos aos operarios extraordinarios contractados da officina de caldeiros de cobre, indempnisando a Fazenda Nacional na forma das ordens em vigor;

A adiantar ao apontador do arsenal da capital Comillo Francisco Vieira tres mezes de seus vencimentos para fazer uniformes, devendo indempnisar a Fazenda Nacional de accordo com as disposições em vigor.

Communicando, que a 30 do mez ultimo tomou posse e entrou no exercicio do cargo de ajudante do Arsenal de Marinha da capital o capitão-tenente Emílio de Miranda Ferreira Campello.

—Ao capitão do porto do Rio de Janeiro, declarando que, na presente data, é nomeado o capitão-tenente Pedro Gonçalves Perdigão, para o lugar de delegado da capitania do porto na barra do Rio de Janeiro.—Communicou-se ao quartel-general e a Contadoria da Marinha.

Ministerio da Guerra

Por portarias de 16 do corrente :

Concedeu-se ao Dr. João José Duarte Guimarães a demissão que pediu do lugar de medico adjunto do exercito;

Foram nomeados o Dr. Jayme Silvado medico adjunto do exercito nesta guarnição e Josino da Silva Prado, pharmaceutico adjunto do exercito no estado de Matto Grosso.

Por outra de 17 do corrente, foi demittido do serviço do exercito o pharmaceutico adjunto do mesmo exercito, Manoel Antonio Gandra.

Expediente de 26 de outubro de 1893

Ao ministro da fazenda, remetendo o telegramma em que o delegado fiscal do Thesouro Federal no estado do Paraná pede autorisação para pagar á viuva do auditor de guerra Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e á do medico de 3ª classe do exercito Dr. Eutychio Soledade a quantia de 100\$, a cada uma, para despezas de funeral, afim de resolver com relação a primeira por tratar-se de montepio civil e prevenindo de que o Ministerio da Guerra ja resolveu com relação á segunda.

—Ao commandante superior interino da guarda nacional desta capital, determinando que sejam chamados ao serviço da mesma guarda nacional sómente os cidadãos que tenham sido legalmente qualificados e os que voluntariamente a ella se prestarem, visto ser contrario á Constituição da Republica o recrutamento para o exercito e com maioria de razão, para a guarda nacional.

—A' Repartição de Ajudante General mandando:

Celebrar novo contracto com Benigno Gomes dos Santos para servir como mestre da musica do 2º regimento de artilharia, mencionando-se nesse contracto o seu tempo de duração;

Verificar nova praça, a contar de 16 de setembro findo em que se apresentar á Escola Militar desta capital, no ex-soldado particular Sergio Henrique Carlím, não se lhe contando, porém, para effeito algum o tempo em que esteve fóra do exercito;

Incluir no Asylo dos Invalidos da Patria o ex-2º cadete Tito Manelío Soares de Albuquerque, ficando sem effeito a baixa que lhe foi concedida em 17 de agosto ultimo.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1893.

Sr. Dr. Antonio Ennes de Souza.—O Sr. Vice-Presidente da Republica, tendo em consideração os valiosos serviços que haveis prestado ao governo na actual situação, principalmente os que se referem á instalação dos holophotes, manda elogiar-vos por esses serviços, esperando que continuareis a prestar o vosso sincero auxilio ao mesmo governo, sempre que delle precisar.

Saude e fraternidade.—Antonio Ennes Gustavo Galvão.

Dia 27

Ao Sr. ministro da fazenda:

Pedindo que, por telegramma, seja distribuído á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no estado do Paraná, por conta do credito extraordinario concedido pelo decreto n. 1550 de 27 de dezembro ultimo, o da quantia de 30.000\$ destinado ao pagamento das despezas que se teem de fazer com a força allí estacionada.

Solicitando permissão para que o 2º escripturario do Thesouro Federal João Baptista da Silva Sobrinho, capitão-ajudante do 7º batalhão de infantaria da guarda nacional continue no serviço em que se achava na direita da linha de vigilancia em S. Christovão.

Remetendo, para serem tomados em consideração os papeis relativos á ex-praça do exercito Adolpho Martins Mondego, pedindo pagamento da importancia de um titulo de divida enviado ao mesmo ministerio com aviso de 17 de junho ultimo.

—Ao Sr. ministro da industria, viação e obras publicas, remetendo, para o mesmo fim, os papeis concernentes á reclamação que fazem o 2º sargento da guarda nacional Martiniano da Silva Menezes e o guarda Paulino Fausto de Almeida, empregados na Estrada de Ferro Central do Brazil, acerca do pagamento integral dos salarios que percebem pela dita estrada, visto não poderem allí comparecer por estarem aquartelados.

—Ao encarregado do expediente da Repartição de Ajudante General, declarando haver sido nomeado commandante da Fortaleza de S. João o coronel do corpo de estado-maior de artilharia Francisco Raymundo Ewerton

Quadros e dispensado o coronel do mesmo corpo Marciano Augusto Botelho de Magalhães e mandando que se agradeçam a este os bons serviços que prestou naquella commissão.

—Ao commandante do Collegio Militar, declarando que, á vista das ponderações que faz, devem ser relevadas, a contar de 6 de setembro ultimo, as faltas de comparecimento commettidas pelos alumnos do mesmo collegio.

—Ao inspector da Alfandega de Pernambuco para que seja restituída ao corneteiro do 2º batalhão de infantaria Francisco Vicente de Almeida a quantia de 10\$149, importancia que lhe foi descontada para indempnisação de uma corneta que desaparecera de seu poder e foi depois encontrada.

—A' Repartição de Ajudante General: Mandando por á disposição do Ministerio da Fazenda o coronel do corpo de engenheiros Antonio Ernesto Gomes Carneiro e do commandante da Escola Militar do Ceará o soldado João Manoel da Silveira.

Concedendo 15 dias de licença ao soldado do batalhão Academico de S. Paulo João Carneiro para ir ao mesmo estado.

Classificando nos seguintes corpos os 1ºs tenentes de artilharia promovidos a este posto por decreto de 25 do mez findo:

1º batalhão de engenharia

Luiz Machado de Magalhães.

3º regimento de artilharia

Antonio Jacy Monteiro.

1º batalhão de artilharia

Alfredo Crescencio da Costa.

Transferindo para o 3º batalhão da mesma arma o 1º tenente do batalhão de engenharia José Feliciano Lobo Vianna.

Fixando em 2\$039 o valor da etapa, em 2\$760 o da forragem para os animaes em argola e em 1\$230 para os animaes no pasto, na guarnição do estado de S. Paulo, durante o actual semestre.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1893.

Sr. commandante do batalhão 23 de novembro.—Tendo sido por vosso intermedio requisitada a remoção do batalhão sob vosso commando do ponto em que se acha destacado para outro onde melhor possa prestar seus serviços, cabe-me declarar-vos que é desejo do governo que o mesmo batalhão continue a permanecer no local em que está acampado, pois em nenhuma outra parte poderá elle colaborar mais vantajosamente na causa que tão gallhardamente defende.

Por esta occasião vos declaro que o Sr. Vice-Presidente da Republica determina que em ordem do dia da Repartição de Ajudante General sejais elogiado e os vossos commandados pelos relevantes e valiosos serviços que tendes prestado á causa da Republica dando assim verdadeiro exemplo de patriotismo, e pelos nobres intuitos que vos animam.

Saude e fraternidade.—Antonio Ennes Gustavo Galvão.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Por portarias de 16 do corrente, foram prorogadas as seguintes licenças:

Por 90 dias, com vencimentos na forma da lei, a contar de 3 de outubro ultimo, a concedida ao conferente da Estrada de Ferro Central do Brazil Salvador José Domingues Alves, para tratar de sua saude;

Por 60 dias, ao 1º escripturario da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana Antonio Coelho de Mello.

—Por outras de 17 do corrente:

Foi nomeado o cidadão Epaminondas Aprijo Machado para o cargo de fiel do thesoureiro da administração dos correios de Pernambuco.

Foi demittido, a bem do serviço publico, o cidadão Epiphânio Luna Freire do cargo de chefe de secção da administração dos correios de Pernambuco.

Foram concedidas as seguintes licenças:

Por dous mezes, para tratamento de saúde, ao cidadão Augusto Deccio da Cunha e Mello, 2º official dos correios do Pará; por 60 dias, ao cidadão Fortunato da Rocha e Silva, official dos correios das Alagoas, e ao cidadão José Luiz Nery da Silva, contador dos correios do Rio Grande do Sul;

Ao engenheiro-ajudante de 1ª classe do 2º districto dos portos maritimos Manoel Candido Rocha de Andrade, tres mezes, com vencimentos, na forma da lei, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Foi prorogada, por um mez, a licença em cujo gozo se acha, para tratamento de saúde, o engenheiro-ajudante de 1ª classe da inspeccoria do 6º districto dos portos maritimos Francisco de Avila.

Directoria Geral da Industria

Expediente de 14 de novembro de 1893

Ao amanuense da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação Carlos Antonio Machado foram concedidos dous mezes de licença, sem vencimentos, e não tres como veiu publicado no *Diario Official*.

Dia 17

Solicitou-se ao presidente da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional que forneça á directoria do Jardim Botânico os volumes da revista publicada pela mesma sociedade, que faltam para completar a colleção existente naquella directoria.

—Remetteram-se:

Ao engenheiro-fiscal da Estrada de Ferro Leopoldina, para informar, as contas de passagens concedidas a membros da comissão de Chicago;

Ao inspector geral das Obras Publicas, para serem authenticados, os documentos relativos á patente de invenção n. 1512, concedida a Joaquim Gomes Jardim.

Directoria Geral das Obras Publicas

Expediente de 17 de novembro de 1893

Ao engenheiro Antonio Joaquim da Costa Couto, dando por finda a comissão em que se acha na Europa, e determinando não só que regresso a esta capital com toda a brevidade, como que apresente relatorio dos trabalhos que executou e das obras que teve occasião de examinar.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Por portarias de 13 do corrente:

Foi exonerado, a pedido, Joaquim Antunes da Silva Assumpção de agente do correio da cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, e nomeado o alferes Salvador Alves de Mattos;

Foram concedidos 30 dias de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde, ao praticante de 1ª classe do correio desta capital Raphael Nunes Machado.

—Por outra de 14, foi exonerado a pedido, Manoel Luiz Paes de Almeida, de agente do correio da estação de Anta, e nomeado Ramiro Alves Lopes.

—Por outra de 17, determinou-se ao correio desta capital a expedição de malas para a nova agencia de Japão, em Minas Geraes, em transito pelas da cidade de Oliveira.

Requerimento despachado

Amalia Guimarães, pedindo segunda via de um vale postal.—Como requer,

INTENDENCIA MUNICIPAL

Prefeitura do Districto Federal

ACTOS DO PREFEITO

Por decreto de 17 do corrente, foi nomeado 1º escripturario da Directoria de Fazenda, de accordo com o decreto n. 51, de 16 do corrente, o antigo lançador Duarte José Teixeira.

Prefeitura do Districto Federal — Gabinete — Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1893.

Sr. 1º secretario do Conselho Municipal — Satisfazendo a requisição desse conselho para que informe qual a quantidade de paralelepipedos fornecidos á Companhia Carris Urbanos pela Directoria de Obras, seu preço e prazo de pagamento, remetto-vos em original o officio que a respeito me foi dirigido pelo chefe daquella repartição, para que o apresenteis ao Conselho Municipal.

Saude e fraternidade. — *Henrique Valladares.*

Prefeitura do Districto Federal—Directoria de Obras—Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1893.

A Directoria de Obras não vendeu paralelepipedos, a prazo ou a dinheiro, á Companhia Carris Urbanos ou a quem quer que seja.

O facto a que parece referir-se o incluso pedido de informação é o que passo a relatar.

Logo que assumi o cargo de director geral desta repartição, recebi diversas reclamações acerca do lastimavel estado dos calçamentos da Saude e Gambôa, quer na zona entre trilhos da Companhia Carris Urbanos, quer na parte cuja conservação compete exclusivamente á municipalidade.

Percorrendo os dous citados bairros, verifiquei pessoalmente a procedencia das reclamações e, acto continuo, intimei a directoria da companhia a concertar, com urgencia, o calçamento na zona entre trilhos.

Observou, porém, o director-gerente que a companhia seria muito prejudicada, si os concertos não se estendessem a todo o leito da rua, mas se limitassem á zona entre trilhos, porquanto todo o avultado transito dos dous bairros affluiria infallivelmente para a zona conservada e esta, em poucos dias, ficaria estragada, como se verificára já de outras vezes em que assim se procedeu.

A observação era justa; porém, achando-se muito reduzido o pessoal de calceteiros da municipalidade, em consequencia dos factos ultimamente occorridos nesta capital, não tinha a Directoria de Obras uma turma disponivel para acompanhar o referido serviço, tanto mais que este deveria ser executado principalmente á noite e aos domingos, em vista do grande trafego da Saude e Gambôa nos dias uteis.

A instancias minhas, obtive afinal que a companhia se obrigasse a concertar não só o trecho de calçada comprehendido entre trilhos, mas tambem a fachada a cargo da municipalidade, contribuindo a companhia com toda a mão de obra e todo o transporte de pedra e areia, ao passo que a Prefeitura apenas forneceria o numero de paralelepipedos necessarios á reparação da mencionada fachada.

Na segunda quinzena de setembro e na primeira de outubro findo, melhorou-se por esta forma consideravelmente o calçamento das ruas da Saude, Coelho de Castro, Rebouças e Pedra do Sal, bem como o largo de S. Francisco da Prainha e embocaduras das ruas da Imperatriz e Prainha.

O numero dos paralelepipedos empregados nesta conservação foi de 22.750 na importancia de 2:730\$, tendo-se effectuado com esta despeza um serviço no valor real de mais de 5:000\$ e representando a differença uma economia para os cofres municipaes,

O serviço a que me refiro foi diariamente fiscalizado pela 2ª secção desta directoria, que não poude realizar pelo mesmo systema os concertos da rua da Gambôa, por ter-se negado a isso a companhia, allegando que o trabalho feito em taes condições lhe era por demais oneroso.

Em vista desta recusa os reparos do calçamento da rua da Gambôa vão ser amanhã iniciados exclusivamente por conta da municipalidade, na zona cuja conservação lhe compete.— Dr. *Luiz Raphael Vieira Souto*, director geral.

Prefeitura do Districto Federal

Directoria de Obras e Viação

1ª secção

Requerimentos despachados

Antonio Gonçalves Gomes, pedindo relevação da multa que lhe fora imposta pelo agente do 1º districto do Engenho Novo.— Deferido.

Dr. Alexandre Oliveira Lobo, pedindo licença para fazer obras na rua de S. José n. 59.— Faça-se a intimação nos termos indicados.

José Soares Baptista, sobre os terrenos da Serra do Mathcus.— Faça-se o embargo.

Francisco de Oliveira Santos, pedindo certidão.— Deferido quanto á prorrogação.

2ª secção

Requerimento despachado

Dia 14 de novembro de 1893

Spangaro Osvaldo, pedindo restituição do deposito.— Restitua-se.

Directoria do Archivo da Prefeitura

Requerimentos despachados

Eduardo del Pino y Fernandes, pedindo documentos, para submettel-os á approvação dos Srs. intendentes.— Como requer, sendo autorisado pelo Dr. prefeito.

REDACÇÃO

Recordações de viagem a Persia

O ARABISTAN E A MONTANHA DOS BAKHTYARES

Em maio de 1885, a missão archeologica de Susiane, sob a direcção do Sr. Dieulafoy, terminára sua primeira temporada de excavações. Achava-me addido como naturalista da missão. Com o estio que se approximava, o calor, augmentando dia para dia, tornara-se insupportavel em Suza. Susponderam-se os trabalhos nos estalleiros; era necessario abandonar o paiz até o proximo inverno. A familia do Sr. Dieulafoy seguiu caminho de Basorah, levando para a França os productos das primeiras excavações. Durante esse tempo, o chefe da expedição encarregara a mim e ao Sr. Babin, engenheiro de pontes e calçadas, de reproduzirmos photographicamente os baixo-relevos e as inscrições de Malamir; indicou o itinerario por Chiraz e Ispahan, marcando-nos diversas estações archeologicas: Persepolis, Nakhch-y-Roustem, Meched-y-Maurghab. A região que percorremos de Ghonster a Chiraz, na montanha dos Bakhtyares e nas planicies de Ram-Hormuz, é pouco conhecida e por isso digna de ser descripta.

Na zona que visitámos, encontram-se populações pertencentes a raças muito differentes: arabes, suszianos, loris, bakhtyares, farsis. Essas tribus não se misturam, comquanto sua vida seja semelhante.

Cada qual pôdeser nomada ou sedentaria; as condições de sua existencia são determinadas pela natureza do solo que habita; por-

Quanto si em todas as localidades do mundo, a terra exerce acção sobre os homens que ella alimenta, não ha região em que tal influencia seja mais immediata e mais sensivel do que na Persia.

Partindo de Suza a 17 de maio, dirimo-nos para Dizfoul e Chouster. Dahi encaminhamo-nos para a montanha, galgando sempre de planalto em planalto, até Malamir, onde estanciamos por quatro dias. Descemos essas encostas por caminho differente, passando pelo Ram-Hormuz, Bebahan, e chegamos a Bender-der-Dilem, nas costas do golpho Persico. Acompanhando a costa até Bender-Rig, deparamos em Daliki com a estrada de Bender-Bouchir a Chiraz, que as caravanas percorrem durante toda a bella estação. Tinhamos apenas que seguir as pégadas que as mulas cavam nos flancos da montanha; não precisavamos mais procurar nas altas hervas secas vestigios de pista, como era nossa principal preocupação desde que partimos de Chouster. Achava-se terminada a parte mais escabrosa da viagem.

I

O nome Persia, comprehendendo todos os paizes situados entre o golpho Persico, a Turquia asiatica, a Russia, o Afghanistan e o Beloutchistan, é apenas uma designação politica; é o territorio cujos habitantes prestam obediencia, ou antes, pagam impostos ao schah de Teheran. Sob o ponto de vista da geographia physica, deve-se dividi-la em quatro zonas. A primeira é formada pelas provincias montanhosas e florestaes do Mazenderam de Ghilan, prolongamento da região do Caucaso. As tres outras zonas são: 1ª, o planalto do Iran; 2ª, os declives successivos que conduzem dos elevados planaltos á planicie do Arabistan; 3ª, a planicie de Arabistan, que se estende do sopé das montanhas ás praias do golpho Persico.

Dessas tres partes, a mais extensa, a mais povoada, a mais rica de cidades e aldeias, comquanto a menos favorecida pela natureza, é a dos elevados planaltos. O Sr. Dieulafoy já chamou a attenção sobre o facto de não possuir essa parte da Persia agua na superficie. Salvo o Zende-Roud, que atravessa Ispuhan e perde-se no solo, é impossivel ali encontrar algum rio importante. As unicas arvores encontradas são as que a industria do homem cultiva nos jardins. A agua é trazida para as cidades e aldeias por meio de canaes subterraneos, algumas vezes muito extenso denominados *kanots*.

Vão captar a agua junto das montanhas que bordam cada planalto. A agua das chuvas ou da neve fundida desliza sem parar nos declives muito fortes dessas montanhas, atravessando a primeira camada formada de seixos siliciosos enervados em ganga paludosa, e estaciona ao chegar ao nivel da camada impermeavel. Formam-se um lençol de agua subterraneo, que se espalha pelas diversas attitudes até á vertente do golpho Persico. E' desse lençol que os habitantes dos planaltos abastecem-se, arrancando das entranhas da terra a agua de que precisam para fertilisar os jardins e os campos.

Essa disposição é consequencia do modo pelo qual formaram-se os planaltos persas; como quer que seja deu-se nessa região o inverso do que estamos habituaes a ver. Algures, as cidades erguem-se nas margens dos cursos da agua preexistentes; ali o homem chegou antes da agua e foi obrigado a comprehendier importantes obras desde que resolveu fixar-se no Iran. Teve que construir e conservar incessantemente todos os *kanots*, que lhe permitem ter arvores fructíferas, trigo, arroz, algodão, fumo, opio, superiores aos produzidos pelos paizes mais favorecidos. Essas *kanots* exigem vigilancia continua, que é feita por meio de poços cavados de 20 em 20 metros e que previamente serviram para a construção dos *kanots*.

Certo dia, admirados do estado de decadencia de um carvalho em que as arvores definhadas pareciam prestes a desaparecer, perguntamos qual a razão da falta de vida desse jardim. «Morreu seu dono», respon-

deram-nos. Expressão que pinta exactamente o estado da Persia; si os homens desaparecessem, as arvores morreriam.

Sabindo-se do pequeno territorio cultivado, que cerca uma aldeia, percorrem-se 40 kilometros, ás vezes o duplo, por planaltos pedregosos, limitados de cada lado pela mesma montanha.

Encontram-se apenas algumas moitas de arbustos enfraquecidos. Nenhum ser vivo, sinão os rebanhos de corças, cuja vertiginosa agilidade permite percorrer rapidamente esses enormes espaços maninhos: reina profundo silencio, nada attrahe a attenção; sempre o solo pardacento sob o immutavel azul do céu, e isso constantemente até ao proximo sitio em que os homens se gruparam e arrancaram a agua das profundezas da terra.

Enfim, para terminar a historia dos planaltos, assignalaremos que nelles impera extrema secca.

A temperatura ali varia consideravelmente. Durante dous a tres mezes por anno, ficam cobertos de gelo e no verão o calor é medonho, sempre superior a 40°, á sombra, ao meio-dia, e, entretanto, mesmo nessa estação as noutes são frescas. Nesta região encontram-se as cidades de Koumicha, Isphan, Koum, Kachan, Teheran e Hamalan.

A segunda zona, comprehendendo o Fars, as montanhas dos Bakhtyares, o Luristan, não possui cidade importante sinão Chiraz. Não levando em linha de conta os accidentes secundarios, pôde-se comparar esta parte da Persia a immensa escadaria de cerca de 2.500 metros de altura e cuja largura excede de 1.000 kilometros de noroeste a sudeste. E' formado por cerca 12 planos differentes, apresentando ao viajante que se dirige do golpho Persico para o Iran uma serie de planaltos em amphitheatro. Para passar de um para outro, é necessario vencer rampas muitos ingremes denominadas *Kotals* pelos habitantes indigenas.

Ao inverso do que se nota nos altos platós, a agua superficial, doce ou salobra, segundo a altitude, é abundanti-sima em razão de variadas e multiplas causas. Em primeiro lugar, uma camada impermeavel acha-se quasi por toda a parte ao nivel do fundo dos valles. Em seguida, os altos cimos dessas montanhas que enfrentam com o golpho Persico, e, por consequente, servem de anteparo aos ventos humidos do mar, ficam cobertos de gelo desde o fim de novembro até principios de junho. O gelo, derretendo-se, alimenta no flanco da montanha os lagos, torrentes, ribeiras que produzem nos valles a frescura e a verdura, e reúnem-se para formar os grandes rios do Arabistan. Nessas regiões encontram-se arvores, quasi sempre a nogueira ou o carvalho de folhas largas. A's vezes acham-se reunidos, de forma bastante densa, para merecer o nome de floresta.

A' parte meridional dessa cordilheira, o Fars possui uma pequena cidade em cada planalto desde Bender-Bouchier, até o Chiraz. Para o norte, a montanha é habitada pelos Cakhtyares e os loris, que vivem em barracas e apascentam os rebanhos nos valles elevados.

Extensa planicie que desce suavemente da base das montanhas ás praias do golpho Persico, fórma a quarta parte da Persia. Acham-se ali duas cidades bastantes consideraveis: Chouster e Dizfoul; Bebahan, Ram-Hormuz, Havizeli Ahvay, são de menor importancia. O resto do paiz é percorrido por tribus arabes, que transferem de um para outro sitio suas barracas de lã preta, tocando deante delles os bandos de camellos, carneiros e de bois; possuem bufalos si as terras que lhes são arrendadas, mediante imposto, são cortadas por um rio. Essa planicie é regada por caudalosos rios: o Karkhab, o Koroun, o Allar, o Kurdiston e outros menos importantes. Muito favorecida pela natureza, tem contra si o torrido calor do estio, que não permite aos europeos ali viver durante esta estação. Os proprios habitantes do paiz são constrangidos a fugir-lhe e refugiam-se durante todos o

verão em adegas, ás vezes muito profundas, cavadas em uma *poulingue* muito compacto. Partindo dessa região a 20 de maio, observamos 49° á sombra, algarismo muito inferior ao maximo do anno.

Em janeiro ha um periodo de chuvas que dura cerca de um mez; durante esse tempo chove torrencialmente. A planicie, totalmente despida, apenas coberta em um ou outro ponto de hervas secas, reveste então um manto fracamente esverdeado. Não se encontram ali plantas vivazes: a vegetação completa seu cyclo de janeiro a fins de abril. Em maio tudo pereceu ou foi queimado pelos arabes. Graças á extrema secca, incendiam immensos espaços, ora sob o pretexto de queimar os cardos e ter, para o anno vindouro, melhores pastagens, ora para destruir a semente dos pastos de tribu inimiga, outras vezes finalmente por desleixo. Uma brasa que caia ateia incendios que se propagam por muitos kilometros quadrados, deixando após si um sólo negro, no qual os animaes das caravanas, percebendo um phenomeno que não comprehendem, caminham com extrema desconfiança.

Em fins de janeiro, e para dar idéa a largos traços da paisagem, a immensa planicie, limitada pela montanha com tenue azul, os cimos alvacentos com os gelos, verdeja com a nova vegetação. Em breve, nesse fundo de gramineas, surgem esparsas anemonas com flores rubro-purpuras. Nas partes arenosas principalmente, onde a relva attinge insignificante altura, as anemonas cobrem largos espaços, espalhando pela planicie um colorido sangrento. Nessas regiões apenas crescem excepcionalmente algumas chicoreas selvagens e iris, cuja flor azul attrahe a attenção.

Mas nos logares de solo de alluvião, como em Suziana ou na planicie de Ram-Hormuz, a vegetação cresce activamente. Trava-se lucta ingente. Nascem plantas novas que dentro em pouco abafam as que occupam o solo. A principio uma crucifera de flores brancas esmalta os prados; curta é a sua duração. Substitue-a um *s'napis*, cujas flores amarellas para logo tapetam a terra, estendendo por toda a parte seus toques de ouro e só deixando verde a diminuta extensão destinada pelos arabes para o trigo e a cevada. Estes cereaes quasi crescem e emmadurecem sem cultura; os nomades limitam-se a, de tempos a tempos, abrir ou fechar com a pá os pequenos regos que conduzem a agua captada do rio proximo por um canal maior, ou *djugh*.

Entretanto as gramineas mais fracas, porém mais numerosas, se expandem: em começo do maio, as hervas attingem á altura do joelho, emquanto essas altas cruciferas tocam ás espaldas do viajante. Mas, por baixo germinam plantas mais armadas, cardos de flores rubras que, em menos de 15 dias, crescem á altura do homem; mais 15 dias e vão além da cabeça de um cavalleiro. Ainda mais tardiamente irrompe nova especie de cardos: suas flores amarellas são nessa epoca as unicas cores vivas da planicie. Em meados de abril, a herva começa a seccar: dentro em 10 dias será impossivel percorrer esses sitios a pé ou mesmo a cavallo. As plantas espinhosas, nas quaes animaes e cavalleiros desaparecem, dilaceram as carnes, e os animaes recusam caminhar.

Os cardos também seccam; tudo apresenta cor amarellada e aspecto desolado até aos derradeiros limites do horizonte. O calor diurno soffoca, os mosquitos perturbam o repouso nocturno; o paiz torna-se inhabitavel.

Neste rapido esboço necessariamente não me occupei com as plantas mais timidas que o observador descobre, afastando as mais abundantes: myosotis, veronicas delicadas escondidas pela fogaosa vegetação de outras plantas, rosas loucas, com espalmadas flores alvissimas, anemicas e descoradas pelo excessivo calor. Não é simples figura o nosso dizer, muitas vezes observamos nos altos valles onde o ar é mais fresco, ou nos jardins de Ram-Hormuz, sob a sombra espessa das palmeiras

e das romaneiras, as mesmas plantas cobertas de flores roseas como em nossos climas temperados.

Em resumo, a vegetação é violenta, porém monotona; não tem plantas que seduzam os olhos pela elegancia da forma, nenhuma flor notavel pela belleza de suas cores ou a delicadeza de seu perfume. Poucas são as especies que puderam prosperar em condições de clima tão espeziaes.

As arvores espontaneas que ali se encontram são em pequeno numero. Ao longo dos rios deparam-se com florestas de salgueiros e tamarineiros; porém não se estendem para longe das margens. Nos logarcs um pouco pedregosos da planície, perto das montanhas, encontram-se esparças ou grupadas as arvores que os persas denominam *konar*.

Devido aos cuidados do homem, prosperam nas partes cultivadas as tamarais, as romaneiras, as laranjeiras e os limoeiros.

Nesse deserto herboso vive um mundo de animaes. A' semelhança de quanto observamos no reino vegetal, ha poucas especies diferentes de animaes, porém muitos individuos. É factio curiosissimo que, sob esse céu abrasador, não se encontre nenhum insecto multicor, cujo corpo traz estampado os desenhos mais complicados e as cambiantes mais fulgurantes ou as mais delicadas. Em razão da diminuta quantidade de flores, e da curta estação, na qual o fogo do céu permite que as plantas se desenvolvam e fructifiquem, somente se encontram alguns coleopteros de manto sombrio e molesto. Em compensação pullulam moscas e mosquitos: um dos maiores enfados para o europeu, que não pôde repousar completamente, quer de dia quer de noite com tão incommodos hospedes.

As arachnides: escorpões, solifugas, tarantulas, attingem desenvolvimento extraordinario, são numerosas e podem ser causa de perigos muito reaes.

Passarei em silencio os insectos apteros. Embora empregassemos o maior cuidado em lutar contra sua invasão, nossos vizinhos arabes, em cada visita que nos faziam, renovavam a nossa provisão.

Os passaros ostentam cores mais garridas. Em fins de fevereiro começam a chegar, uns azues, outros amarellos, andorinhas de peito pardacento e a cabeça vermelha: população alata e gorgear. Outros ha que ali se encontram em todas as estações.

Os ratos formam nas partes arenosas da planicie enormes colonias. A terra fica crivada de furos qual peneira em suas habitaçoes. Diariamente encontramos bandos de javalis. Escarvam o solo, principalmente as plantações de trigo, no meio do qual cresce o iris cujo bulbo muito apreciam. As lebres são rarissimas; talvez graças á abundancia da raça canina. Os chacacos e os lobos á noite, depois do pôr do sol, começam a fazer ouvir seus lugubres uivos.

Encontramos leões. Refugiam-se nas florestas de salgueiros e de tamarineiros que bordam os rios; sahem á noite para dizimar os rebanhos dos arabes, aos quaes nada protege. Graças a essa vida facil, raramente atacam o homem. Multissimas vezes vimos as pegadas de suas enormes patas na margem humida dos rios. Jamais esquecerei o concerto nocturno que nos deram em Ab-Dizfoul. Descendo o rio em fragor de canoas, sentiamos entre tanto garantidos, por sabermos que excepcionalmente o leão se atira á agua. O sol acabava de desaparecer; as tontinegras e os trocaes, que durante todo o dia enchiam a floresta com seus plangentes cantos, haviam emmudecido. Subito, os ramos estalam sob pesados passos, um grito rouco, repetido de minuto em minuto, faz-nos tremer involuntariamente. Em cada margem, á distancia de 30 metros, caminha um leão, cuja possante respiração, vibrando o ar calmo da noite, chega até nós. Os remadores arabes não proferem uma só palavra; porque, á semelhança dos argelinos, teem a original superstição de acreditar que agulsa-se o leão pronuncian-do seu nome. Durante toda a noite continuou esse imponente concerto, no qual se fundiam

a voz forte do leão, o brando murmurio do rio e o canto dos innumerous rouxinoes nas profundezas da floresta.

Taes são em seu conjuncto as regiões que o Sr. Rabin e eu tinhamos a missão de percorrer.

(Continúa)

SECÇÃO JUDICIARIA

Supremo Tribunal Federal

SESSÃO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1893

Presidencia do Exm. Sr. ministro Freitas
Hedriquoê—Secretario o Sr. Dr. Pedreira.

A's 10 1/2 horas, aberta a sessão, presentes os Exms. Sr. ministros Andrada Pinto, Aquino e Castro, Ovidio de Loureiro, Pereira, Franco, Pisa e Almeida, Barros Pimentel, Macedo Soares, Faria Lemos e José Hygino, que chegou depois, não podendo comparecer os Exms. Srs. Bento Lisboa e Amphilophio, este com licença, foi lida e approvada a acta da antecedente.

JULGAMENTOS

Conflicto de jurisdicção

N. 23. — Relator, o Exm. Sr. ministro Faria Lemos, entre partes o juiz seccional desta capital e o juiz da 1ª pretoria. Relatado o feito, julgou-se competente o juiz seccional, de conformidade com outras decisões no mesmo assumpto, contra os votos dos Exms. Srs. Faria Lemos, Pereira Franco e Andrada Pinto. Impellido, por isso, deixou de votar o Sr. Macedo Soares.

Os outros processos com dia não foram julgados, o primeiro, conflicto de jurisdicção n. 37, cujo relator é o Sr. Macedo Soares, por faltar o Sr. Bento Lisboa, juiz revisor, tendo chegado mais tarde e a appellação civil n. 21, já ha tantas sessões adiada por não haver ainda procurador geral da Republica, que na referida causa tem de officiar, bem em como em outras paralyzadas, cujo numero attinge a 80, todas dependentes desta formalidade legal.

Fechou-se a sessão ao meio-dia.—O secretario, Pedreira.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Rendimento dos dias 1 a 16
de novembro de 1893.... 3.628.976\$954
Idem do dia 17, até ás 3 ha. 393.524\$712

4.022.601\$666

Em igual periodo de 1892.. 3.953.261\$152

RECEBEMORIA

Rendimento dos dias 1 a 16
de novembro de 1893..... 315.036\$297
Idem do dia 17..... 17.538\$592

332.624\$889

Em igual periodo de 1892.. 314.259\$093

MESA DE RENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA CAPITAL FEDERAL

Rendimento do dia 17 de novembro de 1893..... 20.617\$599
Idem dos dias 1 a 17..... 244.076\$930

NOTICIARIO

Telegrammas — Ao Sr. marechal Floriano Peixoto foram dirigidos os seguintes:

BELEM, 15—No glorioso dia do anniversario da nossa emancipação politica saudo-vos como imperterrito defensor da Republica, a qual tendes sabido servir imperado pelo vosso acendrado patriotismo, pela firmeza do vosso caracter, pela autoridade da vossa conducta e pela vossa abnegação. Sois uma garantia para a patria que confia, sabereis guial-a salvando-a dos grandes infortunios que hoje a enlutam. Com a fé inabalavel e a creença viva no futuro da Republica, em nome do estado do Pará saudo o primeiro magistrado da União.—*Lauro Sodré*.

BAHIA, 16—Confirmo meu telegramma de hontem pela data do anniversario glorioso da Republica que foi aqui commemorada sem alteraçao da ordem publica. A força estadual unida á federal formou parada commandada pelo general Galvão commandante do 3º districto. Plena paz em todo o estado. Saudo-vos.—*Rodrigues Lima*, governador.

NATAL, 15 — No quarto anniversario da fundação da Republica, saudo-vos como depositario e defensor que sois da legalidade constitucional de nossa patria, fazendo votos para que em breve a nação possa bendizer, com o restabelecimento da ordem e da paz, o nome dos patriotas que nesta luctuosa crise se acham sinceramente empenhados em debollar a anarchia.

Grande regosijo popular, das forças federaes e esta luas que, em perfeita união e solidariedade realisarum brilhante parada. O estado em perfeita paz e firme na defesa da Constituição e da legalidade. — *Pedro Velho*, governador.

CUYABA, 15—No dia de hoje, consagrado a commemoração da Republica Brasileira, saudo a nação na pessoa do seu illustre chefe. — *Manoel Murinho*, presidente do estado.

RIO GRANDE, 16 — Em commemoração a data gloriosa de hontem, recebi cumprimentos do commandante e officiaes da flotilha encorprados, capitão do porto, commandante da barra, officiaes alli destacados e alumnos da escola militar, servindo aqui; que todos pediram cumprimentar-vos.

Viva a Republica! — *Sampaio*, coronel.

— Ao Sr. ministro do interior foi dirigido o seguinte:

ALAGOAS, 15 — O povo alagoano exultando hoje o grande dia da Republica Brasileira, faz votos que seja esse dia tambem de aurora da paz e da confraternisação de todos os brasileiros; em nome dello transmitti cumprimentos ao Chefe da Nação. Saudo-vos. — *Bezuro*, governador.

— Ao Sr. ministro da marinha foram dirigidos os seguintes:

BELEM, 15—Congratulo-me com V. Ex. pela passagem do anniversario glorioso da fundação da Republica data que ha de ser sempre a maxima entre as maiores da historia da nossa patria.—*Lauro Sodré*.

NATAL, 15—Sincero regosijo popular pelo quarto anniversario da fundação do regimen republicano federativo em nome da patria, as forças federaes e estado es em perfeita união e solidariedade, realisarum uma brilhante parada. O estado e conserva-se em perfeita paz e firme na defesa da Constituição e da legalidade. Saudo-vos.—*Pedro Velho*, governador.

FORTALEZA, 15—Saudo-vos pelo dia de hoje. Faço votos pela prosperidade da nação. — *Capitão do porto*.

RIO GRANDE DO SUL, 15 — Congratulo-me com vosco e com o marechal pelo dia de hoje. *Garnier*.

PARANA', 15 — Comprimento e felicito a V. Ex. na data gloriosa que assigna o anniversario da proclamação da Republica, e faço votos para que esta pungente actualidade, creada pela ambição de mãos brazeleiros, seja em breve substituida por paz duradoura que garanta a consolidação da forma de governo que eleva e felicita a patria. Viva a Republica! Viva o marechal Floriano Peixoto! Viva a Constituição! — Vicente Machado, governador,

Comprimentos— Autoridades e corporações que a 15 do corrente comprimentaram o Exm. Sr. marechal Vice-Presidente da Republica, em commemoração do 4º anniversario da proclamação da Republica:

Marechal Enéas Galvão e seu estado-maior, general quartel-mestre general e seu estado-maior, commandantes das divisões e brigadas em serviço no littoral, intendente da guerra e ajudante, director do Laboratorio do Campinho, general Avila, commandante superior da guarda nacional e seu estado-maior commandante e officialidade da brigada policial, officialidade do 1º, 7º, 10º, 22º, 23º e 24º batalhões de infantaria, do 1º e 9º regimentos de cavallaria, 2º e 5º regimentos de artilharia, officialidade dos corpos da guarda nacional em serviço na capital, officialidade do corpo de bombeiros, commandante da Escola Militar, commandante do corpo de alumnos, officialidade dos batalhões patrióticos 2º de novembro, Tiradentes e Franco-atiradores, Rodolpho-Amoedo, vice-director da Escola de Bellas Artes, Carlo Parlagrecco e Augusto Girardet, professores da Escola de Bellas Artes, Modesto Breves, Dr. Manoel Barreto Dantas, Dr. José Emigdio Gonçalves Lima, Dr. Francisco Antonio de Almeida, Manoel Gonçalves Lima, Francisco de Lorja de Almeida Corto Real, capitão de fragata Francisco Carlton, capitão Pedro Carolino Pinto de Almeida, Eugenio Nicoll de Almeida, Octavio Nicoll de Almeida, tenente João Nunes Monteiro, padre Cassiano Coriolano Colonia, José Ponciano de Oliveira, Dr. José de Naples Telles de Merczes, desembargador Manoel Pedro Villaboim, José Dias Moreira, Joaquim Augusto Freire, Luiz de Andrade, Dr. Julio de Mendonça Moreira, João Ferreira Polycarpo, Dr. Abdon Milanez, coronel Paulo José Pfaltzgraff, coronel Dr. José F. Ramos, Dr. Alfredo Moreira Pinto, Dr. Costa Ferraz, Rodolpho Rollin Pinheiro, Henrique Burity, Dr. Alberto Moreira Pinto, Dr. Francisco Santiago Gonçalves da Silva, Pedro Tiberio, Dr. Theophilo Teixeira de Almeida, Dr. Francisco Furquim Werneck, Dr. Heitor de Souza, Silvino Barreto Cotrim de Almeida, Roberto Grey, senador João Cordeiro esua familia, José Virissimo de Souza, Oscar Barcellos, capitão de engenheiro; Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, Francisco Bernardino de Moura, João Clapp, Dr. Carlos Costa, Dr. Alexandre Stokler, Dr. Frederico Borges, Manoel Alves Fernandes, general Francisco Glicerio, Domingos Gomes dos Santos, João Manoel da Fonseca, major Antonio Emilio Vaz Lobo, Plinio de Freitas Araujo, coronel Luiz de Oliveira e Souza, Manoel Pinheiro de Campos Junior, Dr. Candido Barata Ribeiro, Alamiro Mendes, João Gonçalves Bandeira, Francisco Oliva da Fonseca, Alberto Cisneiro, Dr. Francisco Gonçalves de Moraes, Dr. Eduardo Augusto de Araujo Jorge, Euclides Bernardino do Moura, Sylvio Baptista, 2º tenente Severiano Teixeira Campos, capitão de fragata Alvaro Nuno Ribeiro Belfort, Dr. França Carvalho, Antonio Azeredo, Dr. Dario Galvão, senador Joaquim Pernambuco.

Escola Polytechnica— O resultado dos exames de hontem foi o seguinte:

Exercicios praticos da 1ª cadeira do 1º anno do curso de engenharia civil (construcção)— Approvados plenamente: Octavio Tavares Jardim, Manoel Carvalho Madeira de Lei, Victor de Lamare, Arnaldo Octavio Lutz, Mario Ferreira de Abreu, João Manoel San Juan, Julio Rosberge Soares e João Pedro Cardoso.

Matadouro de Santa Cruz— Concorreram hontem a matança os seguintes marchantes, que abateram:

Hilario Garcia & Comp.....	203	rezes
Horacio José de Lemos.....	73	>
Pimenta Lemos & Comp.....	51	>
Manoel Cruz.....	32	>
Manoel Cardoso Machado.....	1	>

Total da matança..... 360 rezas

Abateram-se mais:

Luiz Camuyrano.....	1	vitella
Antonio Pereira dos Santos.	43	carneiros
Estudio Barros Silva.....	26	porcos
Preço total verificado.....	74.952	reales

O preço da carne de vacca, em S. Diogo, será de \$800 o kilo; da de vitella, 1\$100; da de carneiro, \$900 e da de porco, 1\$35.

O preço nos açougues, de accordo com o termo de obrigação tomado pelos retalhistas com a administração municipal, será de \$900 o kilo.

Correio — Esta repartição expedirá malas hoje pelos seguintes paquetes:

Pelo *Hannover*, para Bahia, Lisboa, Antuerpia e Bremen, recebendo impressos até às 5 horas da manhã, cartas para o interior até às 5 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até às 6 idem.

Pelo *Uruguay*, para Bahia, Lisboa e Hamburgo, recebendo impressos até às 4 horas da manhã, cartas para o interior até às 4 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até às 5 idem.

Pelo *Strabo*, para Santos, recebendo impressos até à 1 hora da tarde, cartas para o interior até à 1 1/2, ditas com porte duplo até às 2, objectos para registrar até à 1 idem.

Pelo *Lassell*, para Victoria e Nova York, recebendo impressos até às 5 horas da manhã, cartas para o interior até às 5 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até às 6 idem.

Pelo patacho allemão *Toma*, para Port Elizabeth, recebendo impressos até à 1 hora da tarde, cartas para o exterior até às 2 idem.

Pelo *Sorata*, para o Rio da Prata, Pacifico, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até às 7 horas da manhã, cartas para o interior até às 7 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até às 8 idem.

EDITAIS E AVISOS

Capitania do Porto

Na madrugada do hontem, em diversos pontos da bahia appareceram boias de diferentes tamanhos e côres, sem que tenham sido lançadas ao mar por ordem desta capitania, que suspeita da sua procedencia.

E como a esquadra estrangeira e os navios mercantes surtos no porto podem vir a ser victimas de semelhante ardil, preparado de industria, provavelmente pelos revoltosos, esta repartição avisa para que se tomem as necessarias precauções e recommenda que, encontrada qualquer dessas boias, se lhe dê communicacão immediata, afim de verificar o que conteem e providenciar como no caso couber.

A mesma recommendação entende-se feita à população que visita as praias ou reside em suas immedições.

Capital Federal, 13 de novembro de 1893.— O capitão do porto José Pinto da Luz. (

Escola Polytechnica

Hoje, 18 do corrente, ao meio-dia, serão chamados a exame oral os seguintes senhores:

Exercicios praticos da 1ª cadeira do 1º anno do curso de engenharia civil (construcção)

José Saboia.
Flavio Henrique Cardoso.
Antonio Diniz de Faro Dantas.
Godofredo Arthur da Silva.
João de Avila Franca.
Carlos de Oliveira Couto Brandão.

Exercicios praticos da 1ª cadeira do 2º anno do curso de engenharia civil (estradas)

Edgard Francisconi Gordilho.
Emilio Victor de Lima.
Joaquim da Costa Leite.
José Joaquim de Queiroz Junior.
Antonio de Almeida Mello.
André Verissimo Rebouças.
Francisco Domingues de Castro.
Paulo de Castro Laranjeira.
Jorge Augusto Ferreira Duque Estrada.

Exercicios praticos da 2ª cadeira do 2º anno do curso de engenharia civil (machinas)

Octavio Tavares Jardim.
Emilio Julio Hess.
João Manoel San Juan.
Orlando Corrêa Lopes.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1893.— Racharel José Joaquim de Miranda e Horta, secretario.

Fazenda de Santa Cruz

AFORAMENTO DE TERRENOS

Tendo Joaquim Antonio Dias de Amorim pedido por aforamento tres lotes de terrenos com 22 metros de frente cada um, sitos no morro da Boa Vista, nas proximidades do Matadouro, 2ª secção de fóro da Fazenda de Santa Cruz, obrigado a cumprir as instrucções de 30 de outubro de 1891 e decisão de 29 de maio ultimo, em virtude das quaes tem de fazer dentro em tres annos edificações que pelo menos tenham o valor dos terrenos: convida-m-se as pessoas que pretenderem tais terrenos a requererem ao Sr. ministro da fazenda por intermedio desta directoria ou da superintendencia da mesma fazenda, no prazo de 30 dias contados desta data.

Directoria Geral das Rendas Publicas, 17 de novembro de 1893.— F. J. da Rocha. (

Alfandega do Rio de Janeiro

Edital com prazo de 30 dias n. 28

Pela inspectoria desta alfandega, se faz publico que, achando-se as mercadorias contidas nos volumes abaixo mencionados, no caso de serem arrematadas para consumo, os seus donos ou consignatarios deverão despachal-as e retirar-as no prazo de 30 dias, sob pena de findo este, serem vendidas por sua conta nos termos do tit.5º cap. 5ª da *Consolidação das Leis das Alfandegas* sem que lhes fique direito de allegar contra os efeitos desta venda.

Armazem n. 12 — Marca C: 1 caixa n. 1, procedente do Havre no vapor francez *Ville de Rosario*, descarregada em 18 de agosto de 1890 e consignada à Cantoni.

Marca CHD: 8 ditas ns. 980, 986, 970, 979, 985, 969, 981 e 932, procedentes do Havre no vapor francez *Ville de Ceard*, descarregadas em 10 de janeiro de 1891 e consignadas ao director da instrucção.

Marca BIC: 1 dita n. 1, procedente de Bordeaux, no vapor francez *Equateur*, descarregada em 20 de janeiro de 1891 e consignada à ordem.

Marca OG: 1 dita n. 1, da mesma procedencia, no mesmo vapor e consignada à Onofre Ganny.

Marca AZC: 1 dita n. 351, do Havre, no vapor francez *Ville de Pernambuco* descarregada em 24 de janeiro de 1891 e consignada ao Dr. Antonio Zeferino Candido.

Letreiro Arthur Torres & Comp.: 1 dita da mesma procedencia, no mesmo vapor e descarregada em 29 de janeiro de 1891, aos esmos.

Marca DC: 1 dita n. 4, procedente do Havre, no vapor francez *Ville de Buenos Aires*, descarregada em 27 de janeiro de 1891, á ordem.

Marca JF—MG: 1 caixa n. 10.910, do Havre, no mesmo vapor, descarregada em 30 de janeiro de 1891 e consignada á ordem.

Marca EB: 1 dita n. 2.633, do Havre, no vapor francez *Colonia*, descarregada em 27 de fevereiro de 1891 e não declara a consignaço.

Marca EOPB: 1 dita n. 977, do Havre, no vapor francez *Colombia*, descarregada em 11 de maio de 1891, á E. O. P. no Brazil.

Marca JPIC—DFL: 1 dita n. 33, do Havre, no vapor francez *Cordoba*, descarregada em 8 de agosto de 1891, consignada á João Pedro Irmão & Comp.

Marca EOPB: 6 ditas ns. 5.103/105.5.081/82 e 5.091, procedente do Havre no vapor francez *Entre Rios*, descarregadas em 16, 17 e 19 de novembro de 1891, á E. O. P. no Brazil.

A mesma marca: 3 ditas n. 5.142/144, procedentes do Havre, no vapor francez *Colombia* descarregadas em 12 de dezembro de 1891, á mesma.

A mesma marca: 5 ditas ns. 5.147/149, 5.145 e 5.146, do Havre nos vapores *Cordoba* e *Campana*, descarregadas as primeiras em 23 e 24 de dezembro de 1891 e a ultima, em 9 de janeiro de 1892, á mesma.

Alfandega do Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1893.—O inspector, *Alexandre A. R. Sattamini*.

Edital com prazo de 30 dias n. 29

Pela inspectoría desta alfandega se faz publico que, achando-se as mercadorias confitas nos volumes abaixo mencionados no caso de serem arrematadas para consumo, os seus donos ou consignatarios deverão despachal-as e retirar-as no prazo de 30 dias, sob pena de, findo este, serem vendidas por sua conta nos termos do tit. 5º, cap. 5º da *Consolidação das Leis das Alfandegas* sem que lhes fique direito de allegar contra os effeitos desta venda.

Armazem n. 12 — Marca P&R: 1 caixa, n. 235, procedente do Havre vinha no vapor francez *Ville de Rosario*, descarregado em 7 de abril de 1893 e consignada á Parisat & Ruffier.

Marca D&N: 1 caixa, n. 125, idem, idem, descarregada em 10 de abril de 1893 e consignada á Dortenn.

Marca B&D: 2 caixas, ns. 45 e 46, do Havre: vindas no vapor francez *Corsica*, descarregadas em 14 de abril de 1893 e consignadas a Builé & Devaux.

Marca LF—5559—MC: 1 caixa, n. 186, á mesma procedencia, no mesmo vapor, a Loureiro, Ferreira, Moniz & Comp.

Marca GS&C: 5 fardos, ns. 1025/29, da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregados em 15 de abril de 1893, a Guimarães Sampaio & Comp.

Marca SC&C: 1 caixa, n. 2216, da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada em 15 de abril de 1893 e consignada á Silva Carneiro & Comp.

Marca RRP: 4 caixas, ns. 550/53, da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregadas em 10 de abril de 1893, a L. P. Rocha.

Marca CII: 1 caixa, n. 50, procedente do Havre, no vapor francez *Corsica*, descarregada em 20 de abril de 1893 e consignada á Companhia Importadora e Intermediaria.

Marca RPP: 6 ditas, ns. 1 a 6, da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregadas em 22 de abril de 1893 e consignadas a Rocha Ribeiro & Padua.

Marca SC&C: 1 dita n. 2.224, da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada em 25 de abril de 1893, a Silva Carneiro & Comp.

Marca CII: 1 dita, n. 51, do Havre no vapor francez *S. Nicolas*, descarregada em 24 de abril de 1893 e consignada á Companhia Importadora e Intermediaria.

Marca PR: 2 ditas, ns. 4.847 e 4.848, do Havre, no mesmo vapor, descarregadas na mesma data, a Parisot & Ruffier.

Marca RRLP—DFC: 5 ditas, ns. 6, 7, 8, 10 e 16, da mesma procedencia, no mesmo vapor, a Rocha Ribeiro e L. Padua.

Marca P&R: 5 ditas, ns. 239 a 243, do Havre, no mesmo vapor, descarregadas em 25 e 27 de abril de 1893, a Parisot & Ruffier.

Marca RRLP: 5 ditas ns. 9, 11, 12, 13 e 15, da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregadas em 27 de abril de 1893 e consignadas a Rocha Ribeiro & L. Padua.

A mesma marca: 1 fardo, n. 18, da mesma procedencia, no mesmo vapor, á mesma consignaço.

Marca SC&C: 1 caixa, n. 2.223, do Havre, no vapor francez *Corsica*, descarregada em 20 de abril de 1893 e consignada a Silva Carneiro & Comp.

Armazem n. 8 — Marca ADCJS: 1 caixa, n. 1002, de Antuerpia no navio inglez *County Autrin*, descarregada em 27 de abril de 1893 e consignada a Avenir, Dale & Comp.

Armazem n. 9 — Marca QI: 2 ditas, ns. 9232 e 9233, de Liverpool, no vapor inglez *Mosart*, descarregadas em 10 e 13 de abril de 1893 e consignadas a Quirino Irmãos.

Marca Z&C: 1 dita, n. 653, da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada em 19 de abril de 1893 e consignada a Zeferino Soares & Comp.

Marca ACMNC: 737 ditas da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregadas em 22 de abril de 1893 e consignada á ordem.

Marca ML: 2 ditas, ns. 265/66, de Glasgow no vapor inglez *Cacton*, descarregadas em 7 e 8 de abril de 1893 á ordem.

Marca LRTJ: 4 ditas ns. 41/7, idem, idem, descarregadas em 15 de abril de 1893 á Libanio Tavares.

Alfandega do Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1893.—O inspector, *Alexandre A. R. Sattamini*.

Quartel General da Marinha

De ordem do Sr. vice-almirante chefe do estado-maior general da armada, convido a comparecer nesta repartiço o machinista de 3ª classe 1º tenente honorario José Pedro Aury.

Tercera secção do Quartel General, 16 de novembro de 1893.—*Theotônio Coelho C. Carvalho*, sub-chefe.

Quartel General de Marinha

Tendo terminado a licença em cujo goso se achava o 1º tenente Luiz Timotheo Pereira da Rosa e não se tendo apresentado a este quartel general até á presente data, é intimado a fazel-o quanto antes, sob pena de ser considerado desertor.

Quartel General de Marinha, 18 de novembro de 1893.—*Theotônio Coelho C. Carvalho*, sub-chefe.

Prefeitura do Districto Federal

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

2ª secção

De ordem do Sr. Dr. director-geral, faço publico, para conhecimento dos interessados, que no dia 22 do corrente, no meio-dia, nesta secção, á rua do General Camara n. 312, se receberão propostas, que serão lidas em presença dos proponentes, para a construcção do

calçamento a alvenaria da rua S. Roberto na extensão de 257^m,95; sendo: 133^m,05 de reconstrucção entre as ruas Santo Rodrigues e S. Carlos e 124^m,90 de calçamento novo entre as ruas de S. Carlos e Laurindo Rabello.

O calçamento será cxeccutado na extensão de 90^m,45, em superficie plana; e na de 161^m,50 em degrãos de 0,20x0,30 com plataforma de 1^m,50 de largura.

As propostas, que devem ser entregues em carta fechada, indicarão o preço de unidades, escripto por extenso e em algarismos e a residencia do proponente.

Para garantia da assignatura do contracto farão os proponentes na directoria de fazenda municipal o deposito prévio de 5% da quantia de 6:643\$793, em que está orçado o calçamento, juntando á proposta o respectivo recibo.

Directoria de Obras e Viação, 2ª secção, 14 de novembro de 1893.—*Gastão Silva*, 1º official.

Prefeitura do Districto Federal

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

2ª secção

De ordem do Sr. Dr. director geral, faço publico, para conhecimento dos interessadoss, que no dia 21 do corrente, á uma hora da tarde, nesta secção, á rua do General Camara n. 312, se receberão propostas que serão abertas em presença dos proponentes para a construcção de um boeiro coberto, á rua do Patrocínio (districto do Engenho Velho).

As propostas, que devem ser entregues em carta fechada, indicarão o preço de unidades escripto por extenso e em algarismos e a residencia do proponente.

Para garantia da assignatura do contracto, farão os proponentes na Directoria de Fazenda Municipal o deposito prévio de 5% da quantia de 1:927\$893 em que está orçada a obra juntando á proposta o respectivo recibo.

Pelos proponentes serão observadas e cumpridas as disposições da resolução de 19 de fevereiro de 1874.

Directoria de Obras e Viação, 2ª secção, 14 de novembro de 1893.—*Gastão Silva*, 1º official.

2º Districto do Engenho Novo

AGENCIA DA PREFEITURA

De ordem do cidadão agente Antonio de Oliveira Porto Junior, previno aos interessadoss que o escriptorio desta agencia mudou-se da praça do Engenho Novo n. 34 para a mesma praça n. 24, onde funciona das 8 horas da manhã ás 4 da tarde.

Agencia da Prefeitura do 2º districto do Engenho Novo, 17 de novembro de 1893.—O escrivão, *Antonio Carlos Cordeiro*.

Districto da Gloria

AGENCIA DA PREFEITURA

De ordem do cidadão Dr. Alberto de Campos Goulart, agente deste districto, faço sciente a quem possa interessar que, tendo terminado em 31 de outubro proximo findo o prazo para a numeracção de todos os vehiculos, quer de mar quer de terra, incorrerão nas penas do paragraho 1º do tit. 10 da 2ª secção aquelles que ainda tiverem a numeracção do anno passado.

Tambem deverão os proprietarios de todos os vehiculos apresentar nesta agencia, as suas respectivas licenças, devendo os cocheiros ou carroceiros, para o livre transitto dos seus carros, trazer suas carteiras, devidamente legalizadas, sob pena de incorrerem nas penas previstas no Codigo de Posturas.

Agencia da Prefeitura do Districto da Gloria, —o escrivão da agencia, *Arthur Rocha*.

Prefeitura do Districto Federal

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

2ª secção

De ordem do Sr. Dr. director geral, faço publico, para conhecimento dos interessados, que no dia 21 do corrente, ao meio-dia, nesta secção, á rua do General Camara n. 312, se receberão propostas que serão lidas em presença dos proponentes, para a construção do calçamento a paralelepípedos do trecho da rua Evaristo da Veiga, fronteiro á brigada policial, na extensão de 162^m.25 e largura de 7^m.625, inclusive reconstrução do calçamento existente para amarração do novo, movimento e aparelhamento de lagedos, conforme o orçamento que poderá ser examinado nesta repartição.

As propostas devem ser entregues em carta fechada com indicação da residencia do proponente e do preço de unidades, escripto por extenso e em algarismos.

Para garantia da assignatura do contracto, farão os proponentes, na Directoria de Fazenda Municipal, o deposito previo de 5 % da quantia de 14:300\$306 em que está orçada a obra, juntando á proposta o respectivo recibo.

Pelos proponentes serão observadas e cumpridas as disposições da resolução de 19 de fevereiro de 1874.

Directoria de Obras e Viação, 2ª secção, 14 de novembro de 1893.—*Gastão Silva*, 1º official.

Prefeitura do Districto Federal

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

De ordem do Dr. prefeito faço publico, para conhecimento dos interessados, que D. Joaquina Ferreira Maia de Quiroz, viuva de Domingos de Siqueira Queiroz, requereu titulo de aforamento do terreno da rua de Santo Christo dos Milagres n. 62, por isso, de accordo com o decreto n. 4105 de 22 de fevereiro de 1868, convida-se a todo aquelle que for contrario a essa pretensão a comparecer nesta directoria com documentos que proveam seus direitos, no prazo de 30 dias, findo o qual a nenhuma reclamação se attendera, resolvendo o mesmo Dr. prefeito como for de direito.

Directoria do Patrimonio, 17 de outubro de 1893.—O director, *Luiz Antonio Navarro de Andrade*.

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

1ª secção

Dé ordem do Dr. prefeito, faço publico, para conhecimento dos interessados, que o commendador Antonio da Costa Chaves Faria requereu titulo de aforamento do terreno de marinha á praia da Saudade n. 3; por isso, de accordo com o decreto n. 4105 de 22 de fevereiro de 1868, convido a todo aquelle que for contrario a essa pretensão a apresentar, nesta directoria, no prazo de 30 dias, findo qual a nenhuma reclamação se attendera, resolvendo o mesmo Dr. prefeito como for de direito.

Directoria do Patrimonio, 17 de outubro de 1893.—O director, *Luiz Antonio Navarro de Andrade*.

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

De ordem do cidadão prefeito do Districto Federal, faço publico, para conhecimento dos interessados, que Antonio da Rocha Passos, requereu titulo de aforamento do terreno da praia Pequena, logar denominado praia Grande, por isso, segundo o decreto n. 4105 de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a esta pretensão a apresentarem-se nesta directoria, com documentos que proveam seus direitos, no prazo de 30 dias, findo o qual a nenhuma reclamação se attendera, resolvendo essa prefeitura como for de direito.

Directoria do Patrimonio, 16 de novembro de 1893.—O director, *Luiz Antonio Navarro de Andrade*.

Districto da Gavea

AGENCIA DA PREFEITURA

De ordem do cidadão E. J. Pires Ferrão, agente deste districto, faço sciencia a quem possa interessar, que tendo terminado em 31 de outubro proximo findo o prazo para a numeração de todos os vehiculos, quer de mar quer de terra, incorrerão nas penas do § 1º do titulo 10º da 2ª secção aquelles que ainda tiverem a numeração do anno passado. Também deverão os proprietarios de todos os vehiculos apresentar nesta agencia, as suas respectivas licenças, devendo os cocheiros ou carroceiros para o livre transito dos seus carros trazer suas carteiras devidamente legalizadas, sob pena de incorrerem nas penas previstas no Codigo de Posturas.—O escriptão da agencia, *Antonio B. Santos Cruz*.

1º Districto do Engenho Velho

AGENCIA DA PREFEITURA

De ordem do cidadão Agostinho Pinto de Sá, agente deste districto, chamo a attenção dos moradores e proprietarios para os artigos abaixo mencionados:

Tit. 1º, § 4º, secção 2ª do codigo de postura. Ninguém poderá fazer obra alguma na frente dos predios sem licença da Intendencia, e arruamento quando for necessario; o qual se mandará fazer pelos officiaes o que estiver encarregado esta attribuição. Os que não tiverem licença ou se afastarem do arruamento que lhe for dado, serão multados em 20\$ e condemnados na demolição da obra, não podendo lo notificado pedir indemnisação alguma.

Nesta prohibição não é comprehendida a calçação e pintura, salvo si por isso for necessario armar andaime.

Tit. 3º, § 1º, secção 2ª. Os moradores desta cidade e seu termo serão obrigados a ter limpas as testadas de suas casas, chacaras e fazendas até ao meio da rua. Os infractores serão multados em 10\$000.

§ 3º. Ninguém poderá depositar nas ruas, praças ou estradas, cisco, aguas, animaes ou aves mortas, nem qualquer outro objecto immundo, sob pena de pagar 10\$ de multa.

Não constando quem depositou taes objectos ficarão incursos nas penas os moradores em cujas testadas forem encontrados, ficando a estes salvo o recurso contra os culpados.

Agencia do 1º districto do Engenho Velho, 11 de novembro de 1893.—O escriptão, *Fernando Ernesto Castello Branco*.

Segundo Districto de S. José

AGENCIA DA PREFEITURA

De ordem do Sr. agente, tenente-coronel Luiz Gonçalves de Barros, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, tendo terminado em 31 de outubro proximo findo o prazo para todas as licenças dos vehiculos de mar e terra, incorrerão nas penas do § 1º, titulo 10º, secção 2ª, aquelles que ainda conservarem a numeração do anno passado.

Tambem deverão os proprietarios de todos os vehiculos apresentar nesta agencia, as respectivas licenças, devendo os cocheiros ou carroceiros para o livre transito de seus carros trazer suas carteiras devidamente legalizadas, sob pena de incorrom nas penas previstas no Codigo de Posturas, o que se porá em execução.—O escriptão, *Christovão Gonçalves de Moura*.

Districto da Gavea

AGENCIA DA PREFEITURA

De ordem do cidadão E. J. Pires Ferrão, faço publico que a agencia á seu cargo, está estabelecida á rua do Marquez de S. Vicente n. 2, onde despachará todos os dias uteis, das 10 horas ás 3 da tarde.—O escriptão da agencia, *Antonio B. Santos Cruz*.

Districto da Candelaria

AGENCIA DA PREFEITURA

De ordem do cidadão Alberto Gracie, agente deste districto, faço publico que tem seu escriptorio á praça do Mercado n. 85, onde despachará todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde.

Agencia da Candelaria, 8 de novembro de 1893.—O escriptão, *Pedro M. de Souza Galvão*.

3º Districto dos Inflammaveis

FISCALISAÇÃO

O fiscal abaixo assignado faz publica, para conhecimentos gerais, a tabella demonstrativa sobre generos inflammaveis e explosivos que marca o edital de 11 de maio de 1886.

TABELLA

Inflammaveis

Phosphoros (corpo simples).
Palitos e mechas phosphoradas.
Phosphoros de cera.
Sulphureto de carbonó.
Ether ordinario (ether ethylico ou ether sulfurico).
Collodio liquido.
Alcool vinico (alcool ethylico ou ordinario, aguardente).
Espirito de madeira (alcool methylico).
Alcool amylico.
Alcatrões e materias betuminosas liquidas.
Acido nitrico (azotico) monohidratado,
Acido nitrico (azotico) fumante.
Oleos de petroleo, de schisto, de alcatrão, essencias, hydro-carboretos, empregados na industria e na illuminação.

Explosivos

Nitro-glycerina.
Dynamite e seus congenes, vigorita, sebastianita, etc.
Pieratos e formiatos.
Polvora de base de pieratos.
Algodão polvora.
Fulminatos ou mistura de fulminantes,
Chloratos e nitratos.
Mistura de chloratos e nitratos.
Mistura de chloratos de uma materia combustivel.
Polvora e cartuchos de guerra, caça e mina
Fogos de artificial e da China.
Espoletas ou capsulas fulminantes,
Algodão nitrado para collodio.
Estopins,

Capital Federal, 6 de novembro de 1893.—O fiscal, *Pedro Oliveira*.

EDITAES

De citação aos accionistas da Companhia Pharmaceutica Silva Araujo para, dentro do prazo de um mez, que correrá da data da primeira publicação deste, satisfazerem as respectivas entradas das acções em atrazo, sob pena de serem vendidas em leilão, tudo de accordo com as razões expendidas na petição que abaixo vae transcripta.

O Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faço saber aos que o presente edital de citação com o prazo de um mez virem que, por parte da Companhia Pharmaceutica Silva Araujo, me foi dirigida a petição do teor e fórma seguinte: Petição—Ilm. Sr. Dr. presidente da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal—Diz a Companhia Pharmaceutica Silva Araujo, com sede nesta capital que, tendo diversos accionistas da mesma, conforme a relação junta, incorrido nas penas de commissio, de conformidade com o art. 5º dos estatutos, junto a esta, visto não ter os mesmos accionistas feito as entradas do cani-

tal, sendo para isso chamados, requer a V. Ex. que sejam os accionistas intimados por editaes, sendo julgado por sentença o com-misso das acções e vendidas em leilão, por conta e risco dos seus donos, á cotação do dia, tudo de conformidade com os arts. 33 e 34 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, n. 850 de 13 de outubro de 1890 e mais disposições, passados editaes de intimação e, distribuida esta, pede deferimento. Capital Federal, 20 de outubro de 1893.—O advogado *Josephino Felicio dos Santos*.—Despacho: Distribuida ao Dr. Montenegro. Rio, 20 de outubro de 1893.—*Salvador Moniz*.—Despacho: Notifique-os. Rio, 20 de outubro de 1893.—*Montenegro*.—Distribuição: Distribuida a Leite em 30 de outubro de 1893.—*J. Conceição*.—Esta petição estava sellada com uma estampilha de 200 réis. Depois do que se viu a relação dos devedores em atrazo, do teor seguinte: Relação dos devedores em atrazo por chamadas de capital, dos accionistas da Companhia Pharmaceutica Silva Araujo, como justificação e certificados do imposto pago no prazo e datas das referidas chamadas—Dr. João da Matta Machado, 50 acções, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª chamadas a 10 %., 4:000\$; Luiz de Faro e Oliveira, 100 acções, 4ª, 5ª e 6ª chamadas, 10 %., 6:000\$; Francisco Domingos Gontijo, 50 acções, 4ª, 5ª e 6ª chamadas, a 10 %., 3:000\$; Dr. Bueno Gonçalves Chaves, 100 acções, 4ª, 5ª e 6ª chamadas, a 10 %., 6:000\$; Dr. Lopo de Albuquerque Diniz, 100 acções, 5ª e 6ª chamadas, a 10 %., 4:000\$; Dr. João Alves Meira, 50 acções, 6ª chamada, 1:000\$; Joaquim da Silva Guimarães, 50 acções, 6ª chamada, 1:000\$; Carlos Levier, 20 acções, 6ª chamada, 400\$; Dr. Amarillo de Vasconcellos, 100 acções, 6ª chamada, 10 %., 2:000\$; Dr. Francisco da Silva Cunha, 750 acções, 6ª chamada, 10 %., 15:000\$; 42:400\$, acções do valor nominal de 200\$. Capital Federal, 18 de outubro de 1893.—*José Morgira Pacheco*, director-presidente. Estava collada uma estampilha de 200 rs. Em virtude do despacho supra se passou o presente edital pelo qual são citados os accionistas acima mencionados para sciencia de que, dentro d-prazo de um mez, contados da data da publicação deste, são obrigados a satisfazer á Companhia Pharmaceutica Silva Araujo as entra-das em atrazo para complemento do capital, visto não o terem feito por occasião das mes-mas chamadas, sob pena de serem vendidas as suas acções em publico leilão, tudo nas termos da lei vigente e na forma da petição acima transcripta. E para constar se passou o presente edital e mais tres de igual teor para serem publicados pela imprensa 10 vezes durante o mez em duas folhas diarias de maior circulação e affixados na forma da lei pelo porteiro dos auditorios, que lavrará a competente certidão para ser junta aos autos com o traslado deste. Dado e passado nesta Capital Federal aos 24 de outubro de 1893. E eu, Joaquim da Costa Leite, o subscrevi.—*Cetano Pinto de Miranda Montenegro*.

mais o balanço e lista de credores (documento sob ns.3 e 4), requerer á V. Ex. que, dignando-se de designar juiz para a presente petição, seja decretada a liquidação forçada da mesma companhia. A companhia deixa de apresen-tar inventario, porque os seus bens, constam sómente das duas contras-fé acima mencio-nadas. Nestes termos, pede a V. Ex. deferimento: Rio de Janeiro, 21 de julho de 1893. Bacharel Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho, presidente da companhia. Estava devidamente inutilizada uma estampilha no valor de 200 réis. Despacho: Ao Dr. Miranda, Rio, 22 de julho de 1893.—*Silva Mafra*. Sobre o que proferio seguinte despacho. D. e A., a conclusão. Rio, 22 de julho de 1893.—*Miranda*. Distribuição: D. a Domingues, em 22 de julho de 1893.—*J. Conceição*. E sendo au-toada a petição com despachos, distribuição, duas contras-fé e um balanço que a acompa-nharam, subiram os autos á conclusão bai-xando com o accordão do teor seguinte: Vistos, relatados e discutidos estes autos, em mesa. —*Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho*, presi-dente e representando a directoria da Compa-nhia Industrial e Mercantil de Brinquedos pede que seja declarada a liquidação forçada da mesma companhia, allegando cessação de pagamentos, por falta de fundos, o que já ac-carretou duas penhoras em seus bens. O que tudo examinado. Considerando: que a Compa-nhia Industrial e Mercantil de Brinquedos ces-sou seus pagamentos, segundo a declaração de seu presidente (fls. 2) acompanhada de do-cumentos probatorios de ponhoras effectua-das em seus bens (fls. 3 e 4); que o pedido do supplicante foi acompanhado do balanço da mesma companhia, até 30 de junho pro-ximo passado (fls. 6), e da relação nominal dos credores, até a mesma data (fls. 7) e, e considerando o disposto nos arts. 167 § 2º, 168 § 1º e 169 alinea; accordão em camara, declarar a liquidação forçada da companhia Mercantil e Industrial de Brinquedos, e man-dar que baixem os autos ao juiz da instrução para proseguir nos termos de direito. Rio, 28 de julho de 1893. —*Silva Mafra*. —*P. Mi-randa*. —*Salvador Moniz*. —*Montenegro*. Em cumprimento do dito accordão subiram os autos á conclusão sendo proferido nelles o se-guinte despacho: Nomeio syndicos os credo-res Manoel Borges Monteiro e Dr. João Francisco Pestana, os quaes tomarão posse do patrimonio social por um termo que deverá conter a relação dos bens (decreto 434, art. 173) procedendo-se logo á verificação do ba-lanço pelos peritos Salustiano Pereira de Al-meida Sebrão e Antonio Joaquim da Silva Fontes (decreto, art. 174). Rio, 3 de agosto de 1893.—*Miranda*. Em virtude do disposto no art. 171 do decreto cita-lo, passou-se o presente edital, pelo teor do final faz-se pu-blico a sentença que decretou a liquidação forçada da Companhia Industrial e Mercantil de Brinquedos, para os fins de direito. Para constar passou-se este e mais cinco de igual teor, que serão publicados no *Diario Official* e *Journal do Commercio*, e affixados na praça do Commercio, nas portas da casa das audien-cias desta camara e nas da casa da companhia liquidanda, de cuja affixação o porteiro dos auditorios lavrará a competente certidão para ser junta aos respectivos autos. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 7 de agosto de 1893. E eu, Antonio Lopes Domingues, escrivão, o subscrevi.—*Afonso Lopes de Mi-randa*.

lei, isto é, no dia 6 de dezembro proximo, ao meio dia, affm de se ver processar e julgar perante a junta correccional desta pretoria, sob pena de, não comparecendo, ser processado e julgado á sua revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do referido José Lopes de Souza, se passou o pre-sente que será publicado no *Diario Official* e affixado no logar do costume pelo porteiro dos auditorios deste juizo que lavrará a cer-tidão do estylo para ser junta ao respectivo proce-os.

Dado e passado nesta Capital Federal aos 17 de novembro de 1893. Eu, Pedro Rodrigues Silva, escrivão, o subscrevi.—*Enéas Galvão*. —Está conforme.—o escrivão, *Pedro Rodrigues Silva*.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical

CURSO OFFICIAL DO CAMBIO

Praças	90 d/v	d vista
Sobre Londres.....	10 3/8	10 3/16
► Pariz.....	920	938
► Hamburgo..	1.133	1.160
► Italia.....	—	880
► Portugal....	—	450
► Nova York..	—	4\$882

CURSO DOS FUNDOS PUBLICOS E PARTICULARES

Apolices

Apolices geraes de 1:000\$, 5 %.	1:015\$000
Ditas miudadas, 5 %.....	1:010\$000
Apolices conv. de 1:000\$, 4 %..	1:155\$000
Ditas do Empréstimo Nacional de 1889.....	1:254\$000

Bancos

Banco da Lavoura e Commercio, 2ª serie.....	39\$000
---	---------

Companhias

Comp. Tronco Sorocabana.....	50\$000
------------------------------	---------

Offertas de soberanos

Vendedor.....	23\$300
Comprador.....	23\$050

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1893.—*J. Claudio da Silva*, syndico.

E. de Ferro Central do Brazil

Mercedarias entradas no dia 16 de novembro de 1893 nas estações de S. Diogo, Central e Maritima

	Desde 1 de mes
Aguardente....	31 pipas.
Café.....	609.657 5.712.443 kilogs.
Carvão vegetal. 42 320	657.350 >
Couros seccos e salgados.....	66.770 237.870 >
Fumo.....	16.300 72.540 >
Queijos.....	4.700 74.020 >
Toucinho.....	13.100 117.270 >
Diversas.....	18.600 249.740 >

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia Internacional de Maranhá

Convoco os Srs. accionistas para assembléa geral ordinaria no dia 20 do corrente, á 1 hora da tarde, no salão da mesma companhia, á rua de S. Pedro n. 78, 1º andar, que tem por fim a leitura do parecer do conselho fiscal, exame, discussão e deliberação sobre o balanço e contas annuaes da directoria e eleição do conselho fiscal.

Ficam desde já suspensas as transferencias de acções.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1893.—O presidente interino, Dr. *Philippe Pereira Caldas*.

De publicação da sentença que decretou a li-
quidação forçada da Companhia Industrial
e Mercantil de Brinquedos

O Dr. Afonso Lopes de Miranda, juiz na
Camara Commercial do Tribunal Civil e Crimi-
nal da Capital Federal, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem,
que por parte do presidente da Companhia
Industrial e Mercantil de Brinquedos e em
virtude de distribuição do presidente da Ca-
mara Commercial foi apresentada a petição
do teor seguinte: Illm. e Exm Sr. presidente
da Camara Commercial do Tribunal Civil e
Criminal da Capital Federal — A Companhia
Industrial e Mercantil de Brinquedos, com
officina á rua Francisco Belisario n. 54, não
podendo preencher os fins do art. 7º de seus
estatutos, visto ter cessado o pagamento de
seus compromissos por falta de fundos, o que
acarretou duas penhoras em seus bens para
pagamento de alugueis vencidos desde 6 de
Março ultimo, como prova com as duas con-
tras-fé juntas sob ns. 1 e 2, vem juntando

Para citação com o prazo de 20 dias

O Dr. Enéas Galvão, juiz de direito da
6ª pretoria do Districto Federal, etc.

Faço saber aos que o presente edital para
citação com o prazo de 20 dias virem, que
correndo por esta juizo, um processo por crime
de offensas physicas leves em que é autora a
justiça e réo José Lopes de Souza, e não tendo
sido possível encontrar-se o mesmo réo apesar
das diligencias empregadas, mandei passar o
presente por meio do qual, fica o mesmo
citado para comparecer nesta pretoria, á rua
do Cattete n. 7, depois de findos os 20 dias da

Banco União de S. Paulo

Balancete em 31 de outubro de 1893

COMPREHENDENDO AS AGENCIAS

Activo

Secção emissora

Thesouro Nacional :	
Conta de deposito de apolices—Saldo desta conta.	10.001:500\$000
Secção commercial	
Entradas a realizar.....	27.931:540\$000
Accionistas :	
Conta de integralisação.....	6.400:000\$000
Titulos descontados.....	1.306:566\$030
Letras a receber.....	53:999\$540
Effeitos a receber por conta de terceiros.....	17:267\$940
<hr/>	
Contas correntes :	
Movimento, garantidas e especiaes — Saldos de vedores.....	7.226:080\$134
Apolices geraes e acções diversas.....	767:820\$480
Apolices do estado do Paraná.....	1.931:825\$000
Caução da directoria.....	140:000\$000
Caixas filiaes, conta corrente.....	1.681:235\$289
Caixas filiaes, conta de capital.....	1.500:000\$000
Valores caucionados.....	1.995:000\$000
Cauções :	
De contas correntes.....	7.938:856\$450
Banco da Republica do Brazil :	
Caixa filial e agencias.....	14:042\$060
Beneficitorias :	
Movéis e utensilios.....	52:823\$870
Valores depositados.....	927:700\$000
Juros :	
Gastos geraes, etc.....	120:625\$415
Juros a receber de fundos publicos e outros.....	320:669\$439
Diversos :	
Saldo de varias contas.....	6.371:086\$450
Titulos em liquidação.....	164:674\$560
Caixa :	
Em moeda corrente.....	491:932\$489
Secção constructora e industrial	
Emprestimo urbanos.....	5.848:549\$880
Hypothecas em garantia de empréstimos.....	9.977:812\$500
Immoveis :	
Propriedades do banco.....	4.141:235\$329
Constracções por conta de terceiros.....	621:807\$530
Fabricas.....	3.060:612\$433
Prestações a receber.....	930:922\$030
Utensilios technicos.....	5:505\$400
Semoventes.....	2:450\$500
Explorações.....	201:435\$083
Diversos :	
Saldo de diversas contas.....	13:167\$900
Secção hypothecaria	
Empréstimos raras.....	3.957:521\$250
Hypothecas :	
Em garantia de empréstimos.....	8.730:000\$000
Letras hypothecarias a reemitir.....	943:400\$000
Prestações a receber.....	56:271\$790
Diversas contas.....	15:163\$200
<hr/>	
	103.123:3.8\$231

Passivo

Secção emissora

Emissão :	
Nota em circulação.....	9.994:500\$000
Notas prescriptas.....	7:000\$000
Secção commercial	
Capital subscripto.....	40.000:000\$000
Contas correntes, depositantes :	
Em contas correntes, garantidas e de movimento.....	4.156:986\$091
Em contas correntes simples....	24:196\$871
Por letras e a prazo fixo....	219:133\$750
<hr/>	
Deposito da directoria.....	140:000\$000
Titulos por conta de terceiros...	18:225\$540
Valores pertencentes a terceiros.	927:700\$000
Garantias diversas :	
De contas correntes.....	7.938:856\$450
Caixas filiaes :	
Capital a realizar.....	950:000\$000
Caixas filiaes :	
Contas correntes.....	736:855\$802
Saques a pagar.....	676\$643
Banco Emissor de Pernambuco.	98\$370
Banco do Brazil—Rio.....	1.795:500\$000
Ouro.....	7:70\$730
Valores depositados em caução...	1.995:000\$000
Descontos, commissões, etc.....	106:134\$985
Juros de letras hypothecarias..	12:312\$250
Juros de fundos publicos.....	4:807\$000
Juros a verificar.....	29:878\$860
1º a 5º dividendos :	
Saldo não reclamado.....	23:379\$700
Sexto dividendo.....	738:738\$400
Diversos :	
Saldo de diversas contas.....	19:858\$240
Reservas :	
Fundo de reserva.....	326:890\$040
Fundo de garantia das letras hypothecarias.....	649:261\$660
Fundo de reconstituição do capital.....	295:547\$510
Lucros suspensos.....	1.160:112\$479
<hr/>	
Secção Constructora e Industrial	
Prestações a pagar.....	60:000\$000
Fabricas.....	275:000\$000
Garantias diversas :	
De empréstimos.....	9.977:812\$500
Diversos :	
Saldo de diversas contas.....	110:591\$560
Juros, commissões, etc.....	32:409\$010
Secção Hypothecaria	
Emissão de letras hypothecarias.....	10.410:700\$000
Letras sorteadas.....	480:900\$000
Amortisações m/c. recebidas e incluidas nas prestações a receber.....	464:210\$200
Garantias diversas :	
De empréstimos.....	8.730:000\$000
Juros, commissões, etc.....	1:252\$590
<hr/>	
	S. E. ou O..... 103.123:338\$231

S. Paulo, 7 de novembro de 1893.—A. de Lacerda Franco, presidente.—Hora & Berlinck, pelo chefe da contabilidade.

ANNUNCIOS

Banco da Lavoura e do Comercio do Brazil

Empréstimo ao estado do Pará

Faço publico que foram sorteadas as apolices abaixo mencionadas, do valor de 1:000\$ cada uma, desse estado, as quaes serão resgatadas por este banco no dia 31 de dezembro do corrente anno, deixando de vencer juros dessa data em deante.

Numeros: 112, 135, 136, 188, 190, 193, 336, 337, 338, 358, 371, 396, 399, 426, 429, 431, 433, 440, 448, 456, 460, 468, 473, 470, 494, 503, 512, 513, 520, 521, 536, 542, 570, 583, 591, 598, 811, 824, 828, 829, 835, 861, 867, 1.013, 1.017, 1.018, 1.026, 1.033, 1.077, 1.084, 1.102, 1.103, 1.143, 1.148, 1.167, 1.169, 1.173, 1.193, 1.203, 1.222, 1.225, 1.300, 1.267, 1.269, 1.329, 1.333, 1.347, 1.372, 1.387, 1.414, 1.418, 1.453, 1.470, 1.477, 1.482, 1.513, 1.544,

1.553, 1.558, 1.561, 1.586, 1.594, 1.613, 1.615, 1.618, 1.632, 1.827, 1.829, 1.886, 1.906, 1.921, 1.961, 1.976, 1.980, 1.989, 1.691, 2.096, 2.126, 2.127, 2.130, 2.133, 2.147, 2.149, 2.160, 2.165, 2.169, 2.344, 2.371, 2.400, 2.453, 2.464, 2.493, 2.498, 2.522, 2.533, 2.536, 2.557, 2.581, 3.633, 3.645, 3.650, 3.655, 3.658, 3.661, 3.664, 3.686, 3.688, 3.706, 3.720, 3.721, 3.746, 3.788, 3.821, 3.823, 3.831, 3.832, 3.835, 3.839, 3.842, 3.846, 3.856, 3.935, 3.948, 3.958, 3.962, 3.983, 3.990, 4.009, 4.044, 4.054, 4.066, 4.079, 4.090, 4.095, 4.098, 4.104, 4.107, 4.108, 4.124, 4.132, 4.705, 4.723, 4.736, 4.737, 4.745, 4.758, 4.764, 4.783, 4.805, 4.832, 4.836, 4.837, 4.851, 4.887, 4.915, 4.940, 4.950, 4.981, 4.983, 4.991, 5.006, 5.009, 5.033, 5.049, 5.076, 5.100, 5.104, 5.107, 5.113, 5.120, 5.126, 5.134, 5.176, 5.180, 5.196, 6.206, 6.213, 6.223, 6.232, 6.240, 6.241, 6.243, 6.266, 6.271, 6.283, 6.286, 6.308, 6.309, 6.313, 6.338, 6.382, 6.402, 6.407, 6.452, 6.456, 6.463, 6.490.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1893.—O director-presidente, João Valverde de Miranda.

Banco da Lavoura e do Comercio do Brazil

Empréstimo ao estado do Piauí

Faço publico que foram sorteadas as apolices abaixo mencionadas do valor de 1:000\$ cada uma, desse estado, as quaes serão resgatadas por este banco no dia 31 de dezembro do corrente anno, deixando de vencer juros dessa data em deante: ns. 1, 53, 59, 70, 145, 154, 161, 163, 225, 274, 303, 318, 347, 351, 435, 456, 498 e 523.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1893.—O director-presidente, João Valverde de Miranda.

Rio de Janeiro—Imprensa Nacional—1893.